



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**

**O acompanhamento a crianças e às suas famílias nos Centros de Acolhimento**

**Temporário:**

**A perspetiva dos técnicos de serviço social**

**Trabalho Realizado por : Mafalda Fragoso Pinheiro**

**Orientadora: Professora Doutora Dália Costa**

**Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social**

**Lisboa**

**2012**

## **Agradecimentos**

Este trabalho resulta de um percurso académico bastante importante na minha vida pessoal e profissional, que nunca teria sido possível sem a ajuda de algumas pessoas.

Expresso o meu agradecimento a todos aqueles que ao longo destes anos estiveram presentes através do apoio, incentivo, motivação, conselhos, sugestões e que direta e indiretamente colaboraram na elaboração deste trabalho.

Quero agradecer à Professora Doutora Dália Costa, pela sua disponibilidade e paciência ao longo deste percurso, pelas suas sugestões, críticas, rigor e dedicação.

Seguidamente quero agradecer a todos os Diretores Técnicos e Técnicos entrevistados a disponibilidade, colaboração e simpatia para acolherem e participarem neste estudo.

Por fim, agradeço à minha família e amigos, em especial ao David e à Margarida, todo o apoio, tolerância e compreensão ao longo deste percurso, preenchido com momentos de alegria e de maior angústia.

Dedico este trabalho a todas as crianças que por algum motivo estão privadas de um meio familiar adequado e que se encontram em acolhimento institucional. Vocês são uns heróis diariamente!!!!

## Resumo

O presente trabalho enquadra-se no Mestrado em Política Social, sob o tema do acompanhamento social a crianças e famílias nos Centros de Acolhimento Temporário (CAT) em Lisboa.

O estudo debruça-se sobre o acolhimento institucional, mais especificamente o acolhimento temporário em CAT, de crianças ao abrigo da aplicação da Lei de Protecção de Crianças e Jovens (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro). Sendo o acolhimento institucional a principal resposta da sociedade portuguesa para a prevenção e resposta a situações de perigo grave, revela-se pertinente refletir sobre este tema no âmbito da Política Social.

Na dissertação começamos por refletir sobre a temática da infância, ao nível do reconhecimento dos direitos da criança e do enquadramento legal da promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens na atualidade. Esta reflexão é orientada por conceitos centrais no acolhimento institucional (projecto de vida, reintegração familiar) permitindo-nos aprofundar ou explicitar os elementos que definem o acolhimento institucional num CAT.

A pesquisa enquadra-se no paradigma da sociologia qualitativa, adotando-se os procedimentos metodológicos da *grounded theory* para se compreender o processo de acompanhamento às crianças e às respetivas famílias em CAT, a partir do ponto de vista dos técnicos de serviço social nos CAT que acolhem crianças até aos 12 anos de idade, no distrito de Lisboa (numa amostra intencional de 9 CAT).

Este trabalho pretende contribuir para distinguir e compreender os tipos de acompanhamento social efetuado pelos CAT, e eleger os melhores procedimentos no acompanhamento social das crianças e das suas famílias. A perspetiva qualitativa e o objetivo (geral) de compreender os processos e os modos ou práticas de acompanhamento social, definem a entrevista (semi-estruturada) como estratégia de recolha de dados adequada.

Palavras-Chave: Centro de Acolhimento Temporário, Acompanhamento social,  
Crianças em Risco, Reintegração Familiar

## **Abstract**

This work is part of the Master of Social Policy, under the theme of social support to children and families in the Centers of Temporary Shelter (CAT) in Lisbon.

The study focuses on institutional care, specifically the temporary reception in CAT, children under the application of the Law on Protection of Children and Young Persons (Law n. 147/99, 1 September). Being the host institution's main response of Portuguese society for the prevention and response to situations of serious danger, it appears appropriate to reflect on this theme in the context of social policy.

In the dissertation we begin by reflecting on the theme of childhood, the level of recognition of children's rights and the legal framework for the promotion and protection of rights of children and young people today. This reflection is guided by core concepts in residential care (project life, family reintegration) allowing us to deepen and clarify the elements that define the institutional host a CAT.

The research fits into the paradigm of qualitative sociology adopting the methodological procedures of grounded theory to understand the process of monitoring the children and families in the respective CAT, from the point of view of social workers in CAT hosting children less than 12 years of age, in the district of Lisbon (a purposive sample of 9 CAT).

This work aims to contribute to distinguish and understand the types of social support made by CAT, and elect the best practices in social support for children and their families. The qualitative perspective and purpose (general) to understand the processes and methods or practices for monitoring social define the interview (semi-structured) as a strategy for collecting appropriate data.

**Keywords:** Temporary Shelter, Monitoring social Children at Risk, Family Reintegration

## Índice

Capítulo I – Introdução.....	1
Parte I – O Acolhimento Temporário face às situações de risco na infância.....	3
Capítulo II – As respostas socialmente organizadas nas situações de risco na infância.....	3
2 – Enquadramento Jurídico das respostas às situações de risco na infância .....	3
2.1 – A Situação Internacional.....	3
2.2 – A Situação Nacional.....	5
Capítulo III – O Acolhimento em Instituição.....	12
3.1 – Orientações para o Acolhimento em Instituição.....	15
3.2 – Práticas no Acolhimento em Centro de Acolhimento Temporário (CAT).....	22
3.3 – Funções de um CAT.....	25
3.4 – Fases de Intervenção num CAT.....	27
3.5 – Súmula.....	35
Parte II – O estudo do Acompanhamento Social realizado pelos CAT em Lisboa.....	37
Capítulo IV – Os CAT em Lisboa – Desenho da pesquisa.....	37
4.1 – Justificação de Pertinência do estudo.....	37
4.2 – Objetivos e Procedimentos Metodológicos.....	39
4.3 – Análise de Dados.....	44
4.3.1 – Caracterização dos CAT.....	44
4.3.2 – Avaliação dos CAT do ponto de vista dos Técnicos de Serviço Social.....	46
4.4 – Limitações da Investigação.....	61
Capítulo V – Conclusão.....	62
Capítulo VI – Bibliografia.....	64
Anexo .....	68

## **Índice de Tabelas**

Tabela n.º 1 - Medidas de colocação aplicadas em Portugal (2004/20011).....	37
Tabela n.º 2 – Tempos de Permanência das crianças e jovens em acolhimento (2004/2011).....	38
Tabela n.º 3 - Centros de Acolhimento Temporário para crianças dos 0 anos 12 anos no distrito de Lisboa (2009).....	40

## **Índice de Figuras e Gráficos**

Figura n.º 1 - Intervenção Subsidiária nas situações de perigo.....	14
Figura 2 – Modelo ecológico de avaliação e intervenção em situações de risco e de perigo.....	17

## **Siglas**

ATL – Acompanhamento dos Tempos Livres  
CAT - Centro de Acolhimento Temporário  
CAE – Centro de Acolhimento de Emergência  
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
CDC – Convenção dos Direitos das Crianças  
ECJ – Equipa de Crianças e Jovens  
JI – Jardim de Infância  
LPCJ – Lei de Proteção de Crianças e Jovens  
ONU – Nações Unidas  
UE – União Europeia

## Capítulo I – Introdução

Esta dissertação de mestrado em Política Social, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa tem como objeto de estudo o acompanhamento social à criança e respetiva família pela equipa técnica do CAT. O objetivo geral de pesquisa consiste em compreender o processo de acompanhamento às crianças em CAT e às respetivas famílias.

Para cumprir o objetivo a que nos propusemos, considerámos mais adequado desenvolver a pesquisa no quadro da sociologia qualitativa. Os procedimentos metodológicos basearam-se em orientações teórico-metodológica da *grounded theory*.

A pertinência desta pesquisa pode ser perspectivada no plano teórico, no plano profissional e técnico, contribuindo para melhorar a ação das equipas técnicas, e no plano de promoção do superior interesse da criança. Ainda que estes três planos se intercetem vamos focar a atenção no terceiro. A razão desta opção constitui ao mesmo tempo, um pressuposto de partida: quando existe uma preparação adequada para a saída da criança da instituição, pode estar a contribuir-se para evitar o seu regresso. Por outras palavras, a dimensão preventiva é observada quando se trabalha para a permanência da criança na família de origem, mantendo-se afastadas situações de perigo.

O facto de trabalhar diariamente com esta realidade, pois sou Assistente Social num Centro de Acolhimento Temporário (localizado em Loures) desde 2008, motivou o meu desejo de compreender os modos como funcionam as respostas institucionais idênticas àquela em que trabalho. Como o trabalho com as famílias e as crianças é um desafio constante e diário, decidi debruçar-me sobre este aspeto, tendo a plena noção que existem diversos temas dentro do acolhimento temporário a serem explorados em trabalhos futuros.



O trabalho aqui desenvolvido é uma questão que não tem sido muito estudada na realidade portuguesa, pretendendo-se por isso dar início a um percurso de estudos sobre o acolhimento temporário, mais especificamente em Centros de Acolhimento Temporário, que permita dar um contributo positivo para a comunidade científica e posteriormente contribuir para o desenvolvimento de boas práticas a nível nacional.

O trabalho desenvolve-se em quatro capítulos que se encontram interligados entre si. A primeira parte da tese incide sobre o enquadramento teórico, onde se desenvolve a análise acerca da problemática da proteção de crianças e jovens em risco e o consequente acolhimento institucional, quando essa se revela como a resposta mais adequada à situação. Aqui será dada especial relevância aos Centros de Acolhimento Temporário e a todo o trabalho aí desenvolvido.

Na segunda parte será apresentado o desenho de pesquisa, incluindo os objetivos e o processo de recolha de dados. Ainda nesta parte procedemos à apresentação dos resultados de pesquisa.

Finalmente serão ainda apresentadas as conclusões do estudo, incluindo sugestões para futuros estudos.

## **Parte I – O Acolhimento Temporário face às situações de risco na infância**

### **Capítulo II – As respostas socialmente organizadas nas situações de risco na infância**

#### **2 – Enquadramento Jurídico das Respostas às situações de risco na infância**

##### **2.1 – A Situação Internacional**

O ideal de proteção da infância é algo recente, remontando à segunda metade do século XIX. Neste capítulo faremos uma súmula enquadadora de situações no plano internacional.

Em 1924 surgiu a Declaração de Genebra (Carta da União Internacional de Proteção à Infância), que referia os “cinco deveres” da humanidade para com as crianças, instituindo os deveres de proteção e auxílio às mesmas.

No artigo 1º é definido que “a criança deve ser dotada dos meios necessários para o seu desenvolvimento normal, tanto material como espiritualmente”. O segundo artigo está relacionado com a especificação das necessidades básicas, como a alimentação, saúde, a proteção, entre outras. O terceiro artigo refere que “a criança deve ser a primeira a receber alívio em tempos de angústia”. Já o quarto artigo refere que a criança deve ser protegida contra todas as formas de exploração e, por último, o quinto artigo considera que todas as crianças devem ter acesso à educação.

Após a segunda Guerra Mundial, a problemática das crianças e jovens sofreu uma evolução. Neste contexto, em 1946, foi fundada a UNICEF com o objetivo de desenvolver programas no âmbito da proteção à infância que visassem melhorar as condições de vida das crianças, numa dimensão mundial, nas áreas da saúde, educação, nutrição e bem-estar<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “A UNICEF é a única organização mundial que se dedica especificamente às crianças. Em termos genéricos, trabalha com os governos nacionais e organizações locais em programas de desenvolvimento a longo prazo nos sectores da saúde, educação, nutrição, água e saneamento e também em situações de emergência para defender as crianças vítimas de guerras e outras catástrofes. Atualmente trabalha em 158 países de todo o mundo.” ([www.unicef.pt](http://www.unicef.pt), acedido em 10/05/2012)

Em 1948, a Assembleia-geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde, no artigo 25º, se afirma que a infância “tem direito a cuidados e assistência especiais”.

A Declaração dos Direitos da Criança adotada pelas Nações Unidas em 1959 reconheceu à criança direitos como o direito à não discriminação e o direito à identidade. Este documento inclui também o direito da criança à educação, a cuidados de saúde, à proteção social e à participação social.

O ano de 1979 foi declarado pela ONU, o Ano Internacional da Criança. Esta efeméride promoveu um movimento intenso de produção legislativa e reflexão conjunta por parte de vários Estados e Organismos internacionais. Assim, os anos 1980 e 1990 foram decisivos na produção de textos no domínio da proteção e de intervenção com crianças e jovens.

Por influência do Ano Internacional da Criança, em 1985 foram estabelecidas as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração de Justiça de Menores – Regras de Beijing. Estas regras recomendavam aos Estados-Membros a promoção de políticas sociais de bem-estar do menor e da sua família, criando condições que assegurassem ao menor uma vida útil inserido na comunidade.

Em 1989 ocorreu a aprovação da Convenção dos Direitos das Crianças (ratificada por Portugal em 1990). Com a aprovação desta convenção verificou-se uma viragem na conceção dos direitos das crianças, visto que esta passou a ser um sujeito de direitos e a família passou a ser encarada como suporte afetivo, educacional e socializador (Gomes, 2010).

Em 1992, foi aprovada pelo Parlamento Europeu, a Carta Europeia dos Direitos da Criança. A carta contempla medidas a nível dos maus-tratos em menores, tendo em conta as necessidades físicas e psicológicas do menor e identificando-se as suas possíveis sequelas e repercussões transgeracionais.

Em 1994, comemorou-se o Ano Internacional da Família, subordinado ao tema “Família, Capacidades e Responsabilidades num Mundo em transformação” e consagrou-se o dia 15 de Maio, como o Dia Internacional da Família. Através desta efemeridade foi possível reafirmar que os programas, definidos no âmbito de políticas públicas devem apoiar as famílias na criação e proteção das crianças.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, publicada em 2000, consagra o direito das crianças à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar e à livre expressão da sua opinião (artigo 24.º, n.º 1) e reafirma a primazia do princípio do interesse superior da criança (n.º 2).

Em Janeiro de 2009 a UNICEF/Better Care Network, produziu um manual de “Medição de Indicadores para Crianças em Cuidados Formais”, reforçando assim a necessidade de uniformização em todos os Estados da prestação de cuidados alternativos às crianças (EuroChild, 2010).

Descrita a situação dedicada à criança no plano internacional, dedicamos atenção, no capítulo seguinte, ao plano nacional.

## **2.2 – A Situação Nacional**

Em 1911 foi criada a primeira lei de proteção à infância na sociedade portuguesa originando na sua sequência a organização das tutorias de infância, destinadas a guardar, defender e proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou delinquentes. A partir desta data, a criança passou a ser reconhecida como um sujeito de direitos tutelares e exigíveis (num quadro legal) de forma diferenciada da dos adultos. Nessa altura, foram criados os primeiros tribunais de menores (designados por Tutorias da Infância), separando o tratamento judicial dos menores dos adultos.

A entrada em vigor da mencionada lei originou a emergência de um modelo de proteção assente num regime de tipo assistencialista, em oposição aos designados modelos de justiça.

Tendo em vista a proteção à infância em Portugal, assistiu-se em 1962 a uma grande reforma legislativa (com a implementação do Decreto-Lei n.º 44288 de 20 de Abril, que se manteve até 1978). Em 1978 foi aprovada a Organização Tutelar de Menores que orienta o funcionamento dos tribunais de menores, evidenciando-se o seu carácter protetor e pedagógico. Este modelo assentava na legitimidade do Estado para proteger e educar os menores em perigo. A intervenção protetora e pedagógica tratava da mesma forma o menor que era vítima e o menor que era agressor ou que cometia um facto qualificado como crime.

Ao longo dos tempos, a proteção social e jurídica à criança e à família foi sofrendo alterações sendo-lhe conferida uma importância cada vez maior. A atestar este facto, a Constituição da República Portuguesa de 1976 contemplou os direitos económicos, sociais e culturais das crianças e jovens. Ainda no que se refere à maternidade e paternidade, a Constituição da República Portuguesa garante que os pais e mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado no que respeita à educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país (artigo 36º, 67º, 68º e 69º da Constituição da República Portuguesa).

Do ponto de vista das iniciativas da sociedade civil pode considerar-se que em 1984 - com a criação do Instituto de Apoio à Criança - a proteção da criança e jovem ganhou maior importância, sobretudo no domínio da prevenção dos maus-tratos.

Os Lares de Crianças e Jovens tiveram o seu estatuto legal reconhecido em 1986, através do decreto-lei n.º 2/86, de 2 de Janeiro onde foram delimitados como equipamentos vocacionados para o acolhimento de crianças e jovens em condições de vida tão próximas das familiares quanto possível, onde todos os cuidados básicos fossem assegurados (IDS, 2000).

Em 1991 foram criadas as Comissões de Proteção de Menores. Estes organismos autónomos só podiam proteger as crianças até aos 12 anos de idade e apenas com o consentimento dos pais. Estas comissões não podiam aplicar medidas de internamento nos Institutos do Ministério da Justiça, uma vez que esta era função única dos Tribunais de Menores. As Comissões tinham como principal função apoiar/servir os tribunais, situação que se veio a alterar no futuro.

Em 1999 assistiu-se à reforma mais recente do Direito de Menores. Neste ano foram aprovadas pela Assembleia da República duas novas leis com impacto sobre a infância e juventude: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) e a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro). Estas duas leis entraram em vigor em Janeiro de 2001 vindo substituir o antigo diploma - a Organização Tutelar de Menores (definida pelo Decreto-lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, como se referiu supra).

A lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo respeita os princípios da convenção dos direitos da criança e define a criança como sujeito de direitos. Este marco permite estabelecer um novo quadro de referência para a intervenção junto da criança/jovem, baseado no *empowerment*, parceria e intervenção em rede (Ferreira, 2011).

Com a alteração legislativa que ocorreu em 1999, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, sofreram uma alteração de denominação e também sofreram transformações no seu funcionamento. As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, passam a funcionar na forma de Comissão alargada e Comissão restrita, cabendo a esta última o funcionamento em permanência e em situações de emergência. A necessidade de consentimento (prévio à intervenção) por parte dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto mantém-se, mas a intervenção das CPCJ ocorre com menores até aos 18 anos de idade “ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos” (LPCJP, artigo 5.º, alínea a).

É neste contexto social com reflexos jurídicos e nas práticas de intervenção que a intervenção do Estado se torna fundamental, quando os progenitores ou familiares diretos da criança não têm capacidade de garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças. Com esta reformulação no sistema de proteção infantil, o Juiz deixa de ter um papel tão decisivo como tinha anteriormente, promovendo-se uma maior participação e articulação entre o Tribunal e as entidades em matéria de infância e juventude, e os pais ou representantes legais da criança.

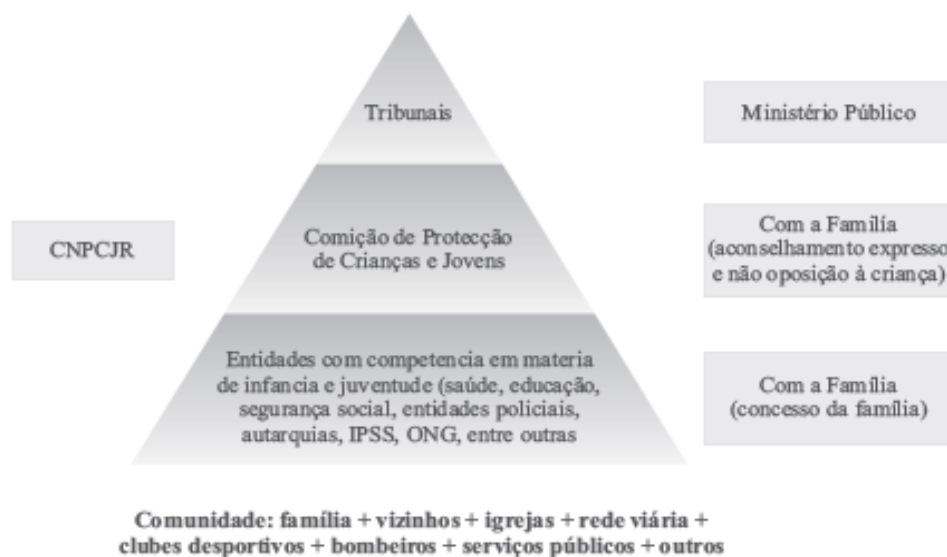
A perspectiva de responsabilidade partilhada permite proteger cada vez mais crianças, viabilizando uma intervenção atempada, à medida que for sendo mais generalizada na sociedade. O entendimento que se vai generalizando é o de que “todos somos responsáveis pela prevenção dos maus-tratos às crianças” (CNPCJP, 2010, p 43).

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a criança encontra-se em perigo quando vive sozinha, sofre maus-tratos ou abuso sexual, não tem acesso a todos os cuidados de saúde, educação, alimentação, vestuário, entre outros inerentes à sua idade, é obrigada a trabalhar de forma a colocar a sua saúde e vida em perigo, está sujeita a comportamentos desviantes ou modelos desviantes, “sem que os pais, ou o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto, se oponha de modo adequado a resolver essa situação” (artigo 3º da LPCJP).

De acordo com a referida lei, a promoção dos direitos e a proteção da criança/jovem compete, de acordo com o princípio da subsidiariedade (artigo 4º, alínea j), sucessivamente, às entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, às CPCJ e, em última análise, aos tribunais. Desta forma podemos dizer que existem três níveis de promoção e proteção.

Um primeiro nível, em que é atribuída legitimidade para intervir às entidades públicas e privadas com competências em matéria de infância e juventude, como por exemplo às autarquias locais, segurança social, escolas, serviços de saúde, forças de segurança, entre outros; um segundo nível de atuação, que se define quando não for possível às entidades acima mencionadas atuarem de forma adequada e suficiente para remover o perigo, em que toma lugar a ação das CPCJ. Num terceiro nível, as situações de risco são encaminhadas para os tribunais. Isto ocorre quando a intervenção das comissões de proteção não possa ter lugar, por falta de consentimento dos pais ou representante legal ou por não disporem dos meios a aplicar, ou executar, a medida aplicada.

Figura n.º 1 - Intervenção Subsidiária nas situações de perigo



Fonte: Instituto da Segurança Social e outros (2010)



Através da sinalização de situações em que os menores se encontrem em perigo, as comissões de proteção de crianças e jovens da área podem intervir e dar início ao processo de proteção. Porém, quando os pais não dão o consentimento para a intervenção ou existe um incumprimento do plano de intervenção, a equipa da CPCJ é obrigada a remeter o processo da criança para o Ministério Público. O Ministério Público, posteriormente irá decidir se existe matéria para a abertura de um processo de promoção e proteção no tribunal de família e menores. Caso considere que existe, após a abertura do processo, a equipa de crianças e jovens da zona de residência do menor e da sua família, é notificada para se poder iniciar a intervenção com a família.

Os princípios orientadores da intervenção social no âmbito da promoção dos direitos e proteção das crianças, definidos na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo são o “interesse superior da criança e do jovem, privacidade, intervenção precoce, intervenção mínima, proporcionalidade e atualidade, responsabilidade parental, prevalência da família, obrigatoriedade da informação, audição obrigatória e participação e subsidiariedade” (artigo 4º).

Após o estudo da situação de cada criança, a equipa técnica da CPCJ que acompanha o caso da criança tem várias medidas que poderá aplicar ao caso, designadamente, “Apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida, acolhimento familiar e acolhimento em instituição” (LPCJP, artigo 35º, n.º 1).

É importante sublinhar que estas medidas, que podem ser aplicadas em prol das crianças e jovens em perigo, têm como objetivo: “afastar o perigo em que estes se encontram; proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas” (LPCJP, art. 34).

Segundo a mesma Lei, as medidas a serem aplicadas em cada situação, podem ser medidas a executar em meio natural de vida ou medidas de colocação. Assim temos:

- Apoio junto dos pais ou de outro familiar: Pode ocorrer de diversas formas, como por exemplo através de apoio económico ou de educação parental, através de programas de formação que possam ajudá-los nas suas funções parentais;
- Confiança a pessoa idónea: A guarda da criança/jovem fica entregue a uma pessoa, que apesar de não ser da família, estabelece com ela uma forte relação de afetividade;
- Apoio para a autonomia de vida: Esta medida apenas é aplicada a jovens com idade igual ou superior a 15 anos de idade, consistindo num apoio psicopedagógico, social e económico;
- Acolhimento familiar: A confiança da criança é atribuída a uma pessoa ou família autorizadas para o efeito, tendo por objetivo a sua integração num meio familiar;

O acolhimento institucional (segunda medida de colocação) será desenvolvido no ponto seguinte, visto o objeto de estudo ser precisamente definido a partir da aplicação desta medida.

### **Capítulo III – O Acolhimento em Instituição**

As medidas de colocação são adotadas em última instância, visto que é sempre dada primazia às medidas executadas em meio natural de vida. Isto significa que o acolhimento em instituição deve sempre ser considerado uma solução de transição.

Esta medida “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral “ (LPCJP, art. 49º).

De acordo com o artigo 20º da CDC, a colocação em instituição é a última oportunidade de proteção e assistência que o Estado tem para assegurar o desenvolvimento integral da criança e do jovem, tendo em conta o seu superior interesse. O vínculo é um aspeto tão importante no desenvolvimento das crianças que a CDC e LPCJ defendem, em primeira linha, o princípio da não separação entre crianças e seus pais, excepto nas situações de confirmada insegurança para a sua integridade e bem-estar.

Figura 2 – Modelo ecológico de avaliação e intervenção em situações de risco e de perigo



Fonte: Instituto da Segurança Social e outros (2010)

Sandomingo (1998) define as instituições de acolhimento para crianças e jovens, como “instituições sociais criadas pela iniciativa pública ou privada para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças ou jovens que, por distintas circunstâncias sócio-familiares, necessitem de ser separados temporariamente do seu núcleo familiar, e para os que o internamento é a opção preferencial face à possibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos, como podem ser as ajudas económicas à família, o atendimento de dia e a adoção ou o acolhimento (familiar)” (p. 71).

Verifica-se a nível internacional que cada vez menos a institucionalização é um dos recursos utilizados. Neste contexto a adoção e a colocação familiar são duas das respostas emergentes na problemática das crianças e jovens em perigo (Carneiro e outros, 2005).

Isabel Alberto (2002) enuncia quatro aspetos associados ao processo de institucionalização:

1. Sentimento de punição que “traduz a perceção por parte da criança, de que está ela própria a ser punida” (p.230). Ao ser retirada de casa, a criança acaba por encarar que a situação está a ocorrer devido ao seu comportamento. Cabe aos técnicos das instituições desmistificar tal situação, para que a criança consiga perceber o porquê do acolhimento e aceitá-lo da melhor forma possível.
2. Diminuição da responsabilização familiar “onde a função de pai ou mãe é de certo modo desqualificada” (p.230). A família acaba por se afastar (mais) da criança, pois acaba por ver reafirmada a sua incapacidade para criar os seus filhos. Isto pode desenvolver na criança o sentimento de não ser importante para os pais. Esta desresponsabilização parental acaba por ser uma das principais causas para o aumento do tempo de institucionalização. Através da minha experiência profissional é possível constatar que, em algumas situações, ocorre uma desresponsabilização por parte dos pais, que acabam por encarar o acolhimento como a ida para um “colégio”, onde os seus filhos estão a ser bem cuidados, podendo visitá-los todas as semanas.
3. Estigmatização e discriminação social que se desenvolve pois “a nível social são desenvolvidas imagens sociais dos indivíduos institucionalizados, que leva à construção de estereótipos e ao desenvolvimento de preconceitos por parte da sociedade.” (p.230). O facto de as crianças andarem sempre acompanhadas por pessoas identificadas ou em carrinhas identificadas, não facilita o anonimato. Apesar deste limite, penso que é importante que todos os elementos que trabalhem em instituições de acolhimento façam um trabalho junto da população, de forma a igualmente desmistificarem o acolhimento.

4. Função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais, de facto “a institucionalização poderá ter como função, não apenas proteger a criança, mas controlar socialmente certas famílias, de grupos sociais e culturais determinados.” (p. 231). Considero também importante que além da proteção das crianças, as famílias sejam acompanhadas, para que se possa perceber quais as suas conceções da vida de forma holística e delinear as estratégias de intervenção a partir daí. Não considero que seja necessariamente uma função de controlo social, mas sim de adaptação social, tendo em conta todas as crenças e ideias existentes naquela família.

### **3.1 – Orientações para o Acolhimento em Instituição**

O que se verifica em Portugal em relação às orientações para o Acolhimento em Instituição, encontra-se em linha com o que se verifica na União Europeia. Podemos identificar alguns traços comuns no que respeita à Institucionalização de Crianças e Jovens em Perigo na UE (Carneiro e outros, 2005):

- a) Uma diminuição do número de instituições e de crianças/jovens acolhidos, acompanhada por um aumento do número de crianças/jovens colocadas em famílias de acolhimento;
- b) Uma alteração do tipo de população acolhida. Inicialmente eram acolhidas crianças provenientes de meios sócio-económicos desfavorecidos. Atualmente as problemáticas de acolhimento têm vindo a mudar, evitando-se acolher crianças apenas por questões unicamente económicas. Visto que estamos a viver uma crise económica à escala mundial, a UE reforçou que nenhuma criança deverá ser colocada em acolhimento institucional devido à sua situação económica, sendo fundamental a luta contra a pobreza infantil (EuroChild, 2010);
- c) Uma tendência para a criação de pequenas unidades integradas na comunidade, em substituição dos antigos internatos massificados. Em Portugal também temos assistido a esta mudança;

- d) Uma maior profissionalização dos técnicos. Atualmente pretende-se que todos os equipamentos de acolhimento sejam dotados de uma Equipa Técnica, com formação específica e de uma equipa educativa - apesar de não haver necessidade de formação específica para a Equipa Educativa. Assim, revela-se fundamental a existência de formação contínua. Em 2010 a UE voltou a fazer referência a esta realidade (EuroChild 2010), pois a formação e a supervisão constante revelam-se fundamentais a todos os profissionais desta área. A UE sugere a criação de uma estrutura de aprendizagem mútua e de intercâmbio, de forma a melhorar os desempenhos nacionais através do desenvolvimento de competências profissionais;
- e) Uma proliferação de outros tipos de acolhimento como Centros Sociais de dia, apoio familiar domiciliário, acompanhamento externo para jovens que desenvolvem um projeto de vida independente. Com estes diferentes tipos de acolhimento, pretende-se que seja dada uma resposta mais adequada às necessidades específicas de cada criança.

Na UE um exemplo de um novo modelo de intervenção é a Inglaterra, onde se verificava institucionalizações superiores a quatro anos e onde atualmente, o tempo de internato não excede os dois meses. Ainda assim, regista-se neste país um maior número de adolescentes institucionalizados, facto esse que deriva de insucesso dos serviços de intervenção primária (Carneiro e outros, 2005).

Segundo Carneiro et al (2005) em França, existem diversas modalidades de intervenção que seguem uma ordem hierárquica:

- a) Centros de Urgência;
- b) Centros Educativos Reforçados;
- c) Alojamentos Alternativos;
- d) Regimes Tutelares Especiais;
- e) Institutos de Reeducação;
- f) Prisões para Menores (última alternativa).

O modelo alemão, num contexto de novas experiências em acolhimento residencial, generalizou uma resposta que consiste numa vivência comunitária, em casas previamente disponibilizadas pela autarquia, levada a cabo por jovens que frequentam cursos profissionais (Carneiro et al, 2005).

A maioria das crianças/jovens institucionalizadas mantêm laços com a família e é nesta relação que se perspetiva a intervenção, pois é através desta que se pode trabalhar a inserção na comunidade. Os Estados Unidos da América são um exemplo desta prática, pois a sua atuação visa uma rápida reunificação familiar (Carneiro et al, 2005). Também nos Estados Unidos, mesmo quando se assiste à necessidade de acolhimento institucional, os resultados de uma “alta” (desinstitucionalização) bem sucedida, estão diretamente relacionados com o envolvimento da família em todo o processo e com a disponibilidade para fazer terapia familiar (Heather, 2005). Segundo a mesma autora, além da manutenção da ligação da família, para que ocorra uma “alta” com sucesso é igualmente importante que o local para onde a criança/jovem irá viver seja estável, bem como a existência da disponibilidade da equipa para um suporte à criança/jovem e à sua família após o acolhimento institucional.

Quando este acompanhamento não ocorre, as crianças/jovens encontram-se mais expostas aos graves sintomas causados pela institucionalização (por exemplo: depressão e ansiedade) e assiste-se a um aumento dos comportamentos anti-sociais, como por exemplo a fuga (Heather, 2005).

Em Portugal a lei prevê dois tipos de acolhimento em instituição, de forma a garantir os direitos das crianças/jovens. O Acolhimento Temporário em Centros de Acolhimento Temporário, por período não superior a 6 meses e o Acolhimento de Longa Duração, em Lares de Infância e Juventude e em situações de acolhimento com uma duração superior a 6 meses (LPCJP, art.50º).



O nosso objeto de estudo será os CAT para crianças entre os zero e os 12 anos. Uma vez que o foco de análise neste estudo se centra no acolhimento temporário de crianças até aos doze anos de idade, faremos uma breve alusão ao conceito de infância usado ao longo do trabalho. Salientamos que tomaremos como equivalentes os conceitos de infância; infantil; crianças (não obstante o conceito de “criança” previsto na CDC incluir o período de infância e de juventude – até aos 18 anos).

O conceito de infância não é unânime, dependendo do autor e do período histórico (importância da criança dentro de uma comunidade). Neste sentido o reconhecimento dos direitos da criança e do jovem nem sempre foi uma realidade, assim como a preocupação com as crianças abandonadas e maltratadas. Ao longo da história da infância e durante séculos, a violência sobre as crianças era encarada pela sociedade como um mal necessário para a sua educação. As crianças não tinham quaisquer direitos legais, a sociedade investia nos pais total confiança para os educarem como quisessem, e os maus-tratos não constituíam crime e era prática usual em algumas instituições.

A perceção moderna de infância apenas surge no século XVI, tendo ganho expressão social nos últimos 150 anos. Só recentemente as crianças surgem no contexto social e humano, onde participam e partilham lado a lado o quotidiano dos adultos. Segundo Martins (2004), a imaturidade e incompetência são características da infância, o que justificam a sua dependência face ao meio e legitima o protagonismo dos adultos.

Atualmente, no século XX, com a consagração dos Direitos das Crianças, através da CDC, assiste-se a uma proteção da infância, havendo uma necessidade continua de potenciar o desenvolvimento das capacidades físicas e mentais das crianças, assim como da sua integração na sociedade.

De acordo com o IDS (2000), atualmente assiste-se a uma nova perspetiva de acolhimento institucional mais direcionada para:

1. A manutenção dos canais de socialização, salvo indicação em contrário por parte do tribunal, é importante que a criança mantenha contacto com a sua comunidade de origem bem como com a sua família, de forma a minimizar o impacto da institucionalização.
2. A diminuição do tempo de permanência na instituição - pretende-se que o acolhimento institucional seja apenas uma passagem, de molde a que a família se reorganize ou, se tal não acontecer, que seja encontrada em tempo útil, uma resposta adequada às necessidades daquela criança. No estudo realizado por Heather em 2005, esta realidade é reforçada, visto que os casos de sucesso também se encontram relacionados com o tempo de acolhimento, sendo fundamental um acolhimento de curta duração e com uma intervenção muito direcionada.
3. A diminuição dos espaços e da lotação da unidade de acolhimento institucional para garantir uma intervenção personalizada e humanizada. Por exemplo na Casa da Palmeira (CAT onde exerço atividade profissional) temos uma vivenda com capacidade de acolhimento de dezasseis crianças, entre os zero e os doze anos de idades, sendo a Equipa Educativa composta por onze elementos e a Equipa Técnica por quatro, estando dois elementos a meio tempo. Esta medida, foi igualmente reiterada no EuroChild 2010, sendo considerado fundamental a alteração de funcionamento para estruturas familiares e comunitárias integradas na sociedade.
4. A predominância de um modelo de intervenção psicossocial, perspetivando-se uma intervenção mais abrangente e integrada. Cada vez mais, as crianças que chegam aos CAT necessitam de uma intervenção bastante abrangente. Assim, é importante que as equipas dos CAT desenvolvam um trabalho conjunto com a família, a comunidade, a comunidade de origem e as equipas envolvidas em todo o processo, para que a intervenção seja o mais abrangente possível, e esperando-se eficaz.

5. A co-responsabilização e participação das famílias, privilegiando o retorno da criança/jovem à família no mais curto período. Quando ocorre o acolhimento de uma criança, o principal objetivo é trabalhar com a família, para que a criança possa “regressar” à sua família de origem. A família tem de ser vista como um parceiro e um ator ativo na mudança. A União Europeia considera que este aspeto é fundamental na proteção de crianças e jovens. Deste modo é uma prioridade o reforço da intervenção precoce, de forma a evitar o acolhimento institucional. Quando as crianças têm idades compreendidas entre os zero e os três anos, esta situação ainda se revela mais premente, sendo objetivo da UE a aplicação da total proibição de colocação de uma criança desta idade numa instituição (EuroChild, 2010).

A par das mudanças anteriormente mencionadas, Gomes (2010) faz ainda referência às alterações a nível dos profissionais, pois estes estão cada vez mais disponíveis para se qualificarem de forma a poderem responder de forma adequada, às necessidades das crianças/jovens acolhidos e que provêm de uma realidade cada vez mais complexa. A criança ao ser institucionalizada, deve ter os mesmos direitos de todas as crianças, e é necessário que todos os elementos intervenientes neste processo os conheçam e os interiorizem. Uma vez que a criança/jovem se encontra privada do meio familiar de origem, as pessoas que trabalham na instituição são por ela vistas como figuras de referência e agentes de confiança e segurança (Gomes, 2010).

Segundo a LPCJP, as crianças acolhidas em instituições devem ter os seus direitos assegurados. Elas devem:

- a) Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;
- b) Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;

- c) Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
- d) Receber dinheiro de bolso;
- e) A inviolabilidade da correspondência;
- f) Não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse;
- g) Contactar, com garantia de confidencialidade, a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado (art. 58.º da LPCJP).

Segundo Gomes (2010), as instituições de acolhimento estão longe de alcançar um ambiente próximo do familiar, o que pode ter consequências no desenvolvimento da criança/jovem. O desejável é que a instituição de acolhimento seja um modelo familiar securizante e contendor, “onde os processos de trabalho a desenvolver se situam em torno das necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais, da criança ou do jovem” (Gomes, 2010, p.88). De forma a proporcionar um ambiente familiar, a Equipa Educativa da instituição deverá, por exemplo, possibilitar que os jovens cozinhem, proporcionando-lhes assim experiências e aprendizagens bastante enriquecedoras (Gomes, 2010) e similares às experiências familiares quotidianas.

Quando a criança é acolhida, é importante que a sua individualidade seja respeitada, proporcionando-lhe um desenvolvimento integral e integrado. Isto implica que as suas capacidades, competências, necessidades e dificuldades sejam trabalhadas individualmente, e que as estratégias de intervenção sejam igualmente definidas individualmente para cada criança em específico (Gomes, 2010).

O planeamento dos edifícios e dos equipamentos das instituições de acolhimento é feito cada vez mais de forma aberta ao exterior, para que as crianças possam usar mais os recursos locais da comunidade envolvente, em vez de ficarem reduzidos ao espaço interno da instituição (Carneiro et al, 2005).

A institucionalização é uma resposta e uma responsabilidade social, mas não se pode assumir como a única resposta disponível. A par do suporte à família e à escola, numa lógica preventiva de intervenção, é necessário diversificar as tipologias de resposta de forma a melhor podermos atender ao “maior interesse da criança”. Isto porque a institucionalização pode revelar-se um fator de risco, pela ausência de oportunidades ou pelo desinvestimento noutras alternativas (Carneiro et al, 2005).

Normalmente, as instituições de acolhimento garantem de forma mais adequada a segurança e a subsistência fisiológica do que as famílias de origem e de acolhimento. Mas no que se refere às vinculações e suportes afetivos, são as famílias de origem e de acolhimento que proporcionam às crianças mais qualidade a este nível. Isto porque nestas situações, não existem grandes espaços com várias crianças - onde o rácio entre adulto e crianças é bastante elevado, não facilitando a aproximação e estabelecimento de laços (Carneiro et al, 2005).

### **3.2 – Práticas no Acolhimento em Centro de Acolhimento Temporário (CAT)**

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, as instituições de acolhimento, onde se incluem os Centros de Acolhimento Temporário, funcionam em regime aberto. Esta situação “implica a livre entrada e saída da criança e do jovem da instituição, de acordo com as normas gerais de funcionamento, tendo apenas como limites os resultantes das suas necessidades educativas e da proteção dos seus direitos e interesses” (LPCJP, artigo 53º, alínea 2).

Em todas as instituições de acolhimento é legalmente garantido que os “pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitar a criança ou o jovem de acordo com os horários e as regras de funcionamento da instituição, salvo decisão judicial em contrário” (LPCJP, artigo 53.º, alínea 3).

O artigo 54º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo estabelece que todos os Centros de Acolhimento Temporário sejam dotados de Equipas Técnicas multidisciplinares e de Equipas Educativas que prestem os cuidados diários aos menores acolhidos. A composição e dimensão destas equipas variam conforme a capacidade de acolhimento do CAT (Vieira, 1998). Não obstante a sua lotação nunca deverá exceder as 20 crianças.

Visto que o modelo atualmente existente se centra na inclusão na comunidade envolvente, os Centros têm espaços habitacionais pequenos, adaptados às necessidades de aproximadamente 12 crianças, que se encontram inseridas na comunidade incluindo a inserção nas escolas, centros de saúde, hospitais e equipamentos para a prática de atividades desportivas, entre outros (Carneiro et al, 2005).

O Centro de Acolhimento encontra-se em funcionamento durante todo o ano. Todos os Centros têm a obrigação de ter um regulamento interno onde estejam previstos os seguintes elementos: Regras de funcionamento, direitos e deveres do pessoal, direitos e deveres das crianças/jovens, direitos e deveres das famílias das crianças/jovens, horários e períodos de funcionamento, fixação das ementas, organização do material tóxico e medicamentoso, entre outros (ISS, 1996).

Segundo o Instituto da Segurança Social (1996) os objetivos dos Centros de Acolhimento são proporcionar às crianças/jovens a satisfação de todas as suas necessidades básicas, em condições de vida tão aproximadas quanto possível às da estrutura familiar e facultar os meios que contribuam para a sua valorização pessoal e social. Para tal, compete aos Centros de Acolhimento, respeitar a individualidade e privacidade das crianças e acompanhar e estimular o seu desenvolvimento físico, intelectual, bem como a aquisição de normas e valores.

Segundo Martins (2004), compete aos Centros de Acolhimento a prestação de cuidados às crianças, a sua reabilitação, a preservação da sua integridade e o desenvolvimento da sua identidade e educação e preparação para a independência dos jovens.

Considera-se fundamental que estes estabelecimentos potenciem o acolhimento institucional como uma oportunidade positiva de desenvolvimento e assim contribuir para prevenir a ocorrência de maus-tratos institucionais.

Sandomingo (1998) estabelece uma série de critérios a observar, no que se refere aos Centros de Acolhimento, designadamente:

- Estes espaços devem reproduzir um clima familiar, no sentido de conduzir a uma atenção individualizada (tanto quanto possível). Para que tal seja possível, é importante que a dimensão dos centros seja reduzida e que o rácio seja de um educador para dez crianças ou dois educadores para dez crianças.
- Devem ser estabelecimentos mistos, que acolhem crianças de ambos os sexos e estabelecimentos verticais, que acolhem crianças de várias idades permitindo o acolhimento de fratrias de irmãos.
- Os Centros devem utilizar os recursos da comunidade (escolas, centros de saúde, bibliotecas, parques de diversão...). Com este requisito pretende-se estimular a sociabilidade e a construção de relações interpessoais fora do Centro.
- O acompanhamento deverá ser permanente, de forma a proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades básicas (alimentação, higiene, saúde, habitação e saúde); o apoio, acompanhamento e orientação educativa individualizada; o apoio e acompanhamento escolar, em todas as situações; a promoção do desenvolvimento psico-afetivo e autonomização gradual da criança e o apoio e orientação das famílias das crianças/jovens.
- A necessidade de existência de pessoal técnico e educativo com qualificações adequadas às funções que desempenham.
- Deve dar-se prioridade a acolhimentos de crianças/jovens que continuem inseridas no seu meio sócio-cultural de origem.
- Os técnicos devem cooperar com as Equipas Técnicas e Educativas de outras instâncias envolvidas no processo de cada criança (desde o início do acompanhamento até ao processo pós-institucional).

- O regime interno, que caracteriza todos os equipamentos de acolhimento institucional, deve garantir o cumprimento dos direitos/deveres das crianças acolhidas e das respectivas famílias.

Segundo o mesmo autor (Sandomingo, 1998), os Centros de Acolhimento devem obedecer a condições funcionais básicas:

- A sua estrutura arquitetônica e localização devem ser adequadas ao seu propósito e funcionalidades, estando perfeitamente integradas no seu meio envolvente.
- Os equipamentos existentes devem ser perfeitamente adequados às necessidades, sendo fundamental a existência de manutenção constante e adequada.
- As habitações devem ter espaços próprios para as crianças poderem utilizar de forma individual ou em grupo, para as equipas e para as famílias. A necessidade de existência de espaços onde as crianças possam estar individualmente revela-se fundamental, visto que as instituições apresentam características coletivas, com dinâmicas tradicionalmente invasoras da privacidade.
- A dimensão e, inevitavelmente a capacidade dos Centros, são conceitos de difícil definição, sendo no entanto aceite por toda a comunidade científica, que as instituições devem contrariar o passado e optar por espaços de reduzidas dimensões e com poucas crianças, onde os cuidados possam ser mais individualizados.

### **3.3 – Funções do CAT**

Segundo Gomes (2010), as Equipas Técnicas e Educativas, além da sua formação académica de base devem ser constituídas por pessoas “com boas qualidades relacionais e humanas, pois são, muitas vezes, os modelos de referência para a população que se encontra acolhida” (p.88). As equipas devem ser multidisciplinares, com uma grande capacidade para trabalhar em equipa e em rede, de forma a transmitirem modelos educativos e terapêuticos adequados à população acolhida (Gomes, 2010).



A Equipa Educativa tem como principais funções o acompanhamento diário (24 horas por dia) de todas as crianças e a todos os níveis (educativo, alimentar, de saúde, das atividades lúdicas, entre outros). Sendo ainda da sua incumbência a manutenção da higiene, limpeza e arrumação dos Centros de Acolhimento Temporário, bem como o funcionamento da cozinha e dos serviços de apoio, como por exemplo a lavandaria (ISS, 1996).

A Equipa Técnica tem como principais funções estudar as situações de admissões de menores e organizar os respetivos processos, acompanhar e avaliar o desenvolvimento integral de cada criança, efetuar os encaminhamentos necessários a cada situação, promover a integração das crianças/jovens na comunidade envolvente, trabalhar com a família das crianças/jovens, elaborar, em conjunto com os vários intervenientes (por exemplo, a equipa de crianças e jovens da segurança social ou a equipa do centro de saúde), os Planos de Intervenção para cada criança e, conseqüentemente, definir o seu Projeto de Vida.

Para além destas ações centradas nos menores compete também a estas equipas elaborar e avaliar o plano de atividades do CAT (ISS, 1996). Esta complexidade contribui para que Gomes (2010) considere que todas as equipas deveriam ter supervisão externa, especializada, na sua área de trabalho.

Conforme mencionado no Manual de Boas Práticas – Um Guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens (2005) o trabalho em equipa permite partilhar informações e dúvidas, responsabilidades, garantir um maior suporte emocional do pessoal, aumentar o sentimento de pertença, e prevenir e diminuir o stress dos técnicos, situação que contribui para uma prevenção de maus tratos. Ressalta-se que todas estas equipas são importantes e nenhuma consegue funcionar bem sem a colaboração da outra.

### **3.4 – Fases de Intervenção num CAT**

Tendo em conta a complexidade da intervenção no CAT, revela-se importante efetuar uma divisão da intervenção por etapas, de forma estruturar o pensamento. Assim, em primeiro lugar temos a fase de pré-acolhimento, em seguida o acolhimento, o diagnóstico, o encaminhamento e, por último, a avaliação do encaminhamento.

#### **➤ Pré-Acolhimento**

Para que ocorra o acolhimento de crianças em instituições existem alguns critérios a ter em atenção, como os motivos do pedido de acolhimento, a área geográfica de proveniência da criança, a problemática da criança, as vagas existentes no CAT, o historial de colocações anteriores das crianças, entre outros (Instituto da Segurança Social, 2007).

Atualmente a movimentação de crianças/jovens em todas as respostas de acolhimento institucional estão dependentes da Equipa de Admissões - Gestão Centralizada de Vagas. Todos os pedidos de acolhimento são centralizados nesta equipa que faz a gestão de todas as vagas existentes em cada distrito ([www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), acedido em 03/06/2011).

Podendo variar de acordo com o Regulamento Interno (2008) normalmente o pedido de acolhimento de crianças e jovens deverá ser apresentado à Equipa Técnica, devendo ser fornecido o máximo de informação possível.

Após a aprovação do pedido por parte da Equipa Técnica e da Diretora Técnica do CAT, a data de entrada da criança no CAT será combinada com a Equipa de Admissões da Segurança Social.

Através da minha experiência profissional considero que é importante que a data de entrada de uma nova criança num CAT seja bem definida, isto é, toda a equipa tem de estar disponível para receber a criança, não podendo ser um dia coincidente com outras ações, como por exemplo consultas médicas ou reuniões.

Antes do acolhimento, a Equipa Educativa é informada sobre as características gerais da criança. As restantes crianças da casa devem ser informadas da nova entrada e todo o espaço deverá ser organizado em função daquele acolhimento (incluindo a identificação da cama, do armário da criança, entre outros) (Vieira, 1998). No CAT onde trabalho é escolhido um peluche para ser oferecido à criança no dia da sua entrada, como elemento simbólico que contribui para o seu acolhimento.

#### ➤ Acolhimento

No dia do acolhimento, o menor é acompanhado pelo técnico que encaminhou a situação e, se aconselhável, pela sua família. Neste dia é importante que a documentação da criança seja entregue à equipa do CAT e que os seus hábitos, gostos, vivência, entre outros, sejam igualmente transmitidos (Gomes, 2010).

Aquando da chegada da criança ao CAT, dependendo da sua idade, é realizada uma visita às instalações, devendo ser um elemento da Equipa Educativa ou um elemento da Equipa Técnica que esteja mais próximo das crianças a efetuar esta visita (Vieira, 1998). Por exemplo, no CAT em que trabalho, a visita às instalações é igualmente efetuada na companhia dos técnicos que acompanham a situação, bem como dos familiares que possam estar a acompanhar o acolhimento. Esta abertura facilita a relação entre família e instituição, pois os familiares conseguem ficar mais tranquilos após o conhecimento do espaço onde terão de deixar a criança.

Se a família acompanhar a criança nesse dia deve, desde logo, ficar estabelecido o plano de visitas e contactos, bem como os aspetos relacionados com o regulamento e funcionamento da casa (Gomes, 2010). Esta informação deve ser transmitida pelo Gestor de Caso da instituição de acolhimento.

O Gestor de Caso é a pessoa da Equipa Técnica que estabelece uma relação privilegiada com a família do menor e com o próprio menor, fazendo a articulação direta com todos os elementos envolvidos no processo, bem como com o tribunal responsável. O sucesso da intervenção está diretamente relacionado com a relação de confiança estabelecida com a família (Gomes, 2010).

Segundo Gomes (2010), a figura do Educador de Referência é fundamental no acolhimento de crianças e jovens, visto que é com este elemento que as crianças devem desenvolver relações próximas e continuadas. Este elemento deverá dar uma atenção individualizada ao caso, de forma a desenvolver uma relação de qualidade com a criança.

Durante a primeira semana de permanência da criança no CAT deverá proceder-se à inscrição da criança no Centro de Saúde, no seguro do CAT, na escola local e no ATL ou JI, enfim, deverá dar-se início à integração da criança na comunidade (Vieira, 1998).

No CAT “Casa da Palmeira”, todas as crianças acolhidas têm um tempo de adaptação de aproximadamente duas semanas (dependendo das situações). Durante este período, a sua rotina apenas é feita na “Casa”, junto dos elementos da Equipa Educativa. Desta forma pretende-se que a criança tenha tempo para conhecer todas as crianças e adultos da casa, bem como todas as rotinas inerentes a um CAT. Ao longo destas duas semanas todo o processo educativo tem de ficar resolvido, de forma a que a criança possa integrar a escola no final deste período.

#### ➤ Diagnóstico

Desde a sinalização da situação, a Equipa Técnica deverá proceder ao estudo da situação, tentando obter o máximo de informação possível. Para se proceder ao estudo da situação, a Equipa Técnica do CAT deve reunir com as várias equipas intervenientes no processo (Vieira, 1998). Quando tal situação não é possível, o procedimento adotado na maior parte das vezes é a troca de informação por telefone, fax ou e-mail.

Durante o período de avaliação/diagnóstico, a criança tem de ser observada ao nível da saúde física e mental, para que sejam despistadas doenças físicas e/ou mentais (devendo em específico ser observada por um psicólogo) (Gomes, 2010). A Equipa Técnica da Casa da Palmeira tem um psicólogo clínico a meio tempo que efetua os acompanhamentos psicológicos dos menores acolhidos num espaço externo à Casa.

Após o referido estudo, as equipas intervenientes definem para cada criança um Plano de Intervenção, em conjunto com os pais ou representante legal da criança. “A elaboração de um Plano de Intervenção individualizado vai garantir que o acolhimento em instituição (...) tem objetivos concretos, que estão perfeitamente identificados e cuja concretização fica sujeita a acompanhamento e avaliação” (Gomes, 2010, p.161). A elaboração do Plano de Intervenção é fundamental no desenvolvimento da intervenção, visto que fica bastante claro para todos os intervenientes, quais as ações a serem efetuados, por quem e durante quanto tempo.

Um Plano de Intervenção individualizado “garante também a individualidade no acolhimento, pois o mesmo é traçado tendo em consideração cada criança ou jovem e visa dar resposta efetiva às suas necessidades específicas, assim como às da sua família” (*idem, ibidem*). Neste plano são definidas as ações a desenvolver com a criança e as ações que têm que ser desenvolvidas pelos seus familiares, bem como os objetivos da intervenção e os respetivos procedimentos de avaliação.

O treino de competências parentais é efetuado ao longo de todo o período de acolhimento, através de visitas domiciliárias, de reuniões, das visitas efetuadas pelos familiares às crianças no CAT (por exemplo através do apoio aos pais na alimentação e higiene diária da criança) (Vieira, 1998).

Sempre que possível, o treino de competências parentais deverá ser feito pela equipa que apresenta uma relação mais próxima com aquela família, obedecendo ao princípio da intervenção mínima consagrado na LPCJ. Não se justifica que existam duas ou três equipas a efetuar o mesmo tipo de acompanhamento, visto que isso apenas leva ao desgaste da intervenção e à desconfiança por parte das famílias.

De forma a trabalhar no sentido da responsabilização da família, a instituição deve, progressivamente, promover que os familiares dos menores acolhidos acompanhem o seu dia-a-dia, através de idas a consultas, a reuniões escolares ou acompanhamento ao nível do plano de vacinação (Gomes, 2010). Apesar de os responsáveis educativos serem os profissionais do CAT, é importante que os pais estejam sempre envolvidos nestas rotinas, inerentes à vida dos seus filhos, de forma a evitar a desresponsabilização, conforme anteriormente referido.

O Plano de Intervenção não deverá ter uma duração superior a 6 meses, tal como a LPCJP define “não podendo a sua duração prolongar-se por mais de seis meses” para as medidas provisórias (artigo 37º).

Para que existam Planos de Intervenção bem sucedidos, a ligação e o apoio à família tem de ser realizado através das instituições de acolhimento. A existência desta ligação potencia uma desinstitucionalização positiva e saudável e um suporte afetivo aos elementos da instituição (Carneiro et al, 2005).

#### ➤ Elaboração do Projeto de Vida

O Projeto de Vida de cada criança tem de ter “em consideração os seus superiores interesses, em tempo útil, sempre com a participação da criança e do jovem na medida das suas capacidades e, sempre que possível, com a participação da própria família” (Gomes, 2010, p.89).

Segundo Gomes (2010), o Projeto de Vida é aquilo “que se perspectiva que, num futuro próximo, venha a ser concretizado na vida de cada criança ou jovem, na sequência do plano de intervenção concertado que com eles está a ser desenvolvido” (p. 109).

Quando a avaliação deste Plano de Intervenção é positiva, ocorre a reintegração familiar. Quando a avaliação não é positiva, o Projeto de Vida da criança tem que ser revisto, podendo então passar por um projeto individual de adoção (nacional ou internacional) ou por uma integração em Lar de Infância e Juventude (Gomes, 2010). Esta é a ordem pela qual se considera desejável que o Projeto de Vida da criança ou jovem se concretize, na medida em que o modelo vigente privilegia a família em detrimento da institucionalização.

A definição do Projeto de Vida é efetuada numa base multidisciplinar, onde todos os técnicos envolvidos no processo analisam os factos ocorridos ao longo do tempo de acolhimento e definem qual o futuro indicado para aquela (s) criança (s).

Quando o processo da criança se encontra em Tribunal, o Projeto de Vida terá sempre de ser aceite e aprovado pelo Juiz. Se o processo se encontra na CPCJ, a respetiva Comissão restrita também terá de dar parecer positivo para que o projeto se concretize.

#### ➤ Encaminhamento

Após a definição e aprovação do Projeto de Vida da criança, revela-se fundamental a concretização de vários passos para que o mesmo seja executado. A criança (dependendo da idade e maturidade) deverá ter sempre conhecimento de toda a situação. O objetivo é que a criança possa refletir sobre as mudanças que irão ocorrer na sua vida, ainda no CAT, podendo assim ter o apoio de toda a Equipa Educativa e Técnica, incluindo o elemento de referência (Vieira, 1998).

A Equipa do CAT deverá fazer um trabalho interno aquando da saída das crianças, visto tratar-se de um trabalho de afetos e o envolvimento emocional com a criança ser inevitável. A separação é um momento obrigatório, embora traga algum constrangimento (Vieira, 1998).

No que se refere à reintegração familiar, é importante efetuar a sinalização da situação nas várias organizações/serviços existentes na zona para onde a criança irá morar, para que exista um plano de apoio e acompanhamento da sua situação (Vieira, 1998). No CAT “Casa da Palmeira” onde trabalho, esta sinalização tem-se revelado fundamental para que não existam casos de regresso ao acolhimento institucional. Do meu ponto de vista é fundamental que as famílias continuem a ser apoiadas, e saibam onde podem recorrer quando têm algum problema.

Relativamente aos casos em que tem lugar um processo de adoção, é necessário comunicar com a Equipa de Admissões e aguardar por um candidato. Quando existe um candidato disponível para acolher a criança, é importante estabelecer o dia em que se conhecem (criança e pais) e comunicar a data e o propósito da visita à criança. A regra geral é a de que a aproximação da família adotiva deverá ser feita de forma gradual, respeitando o tempo da criança (Gomes, 2010).

Em relação à integração em Lar de Infância e Juventude, em primeiro lugar é necessário efetuar pedido de transferência da criança à Equipa de Admissões e aguardar por uma resposta positiva em relação a uma vaga em Lar de Infância e Juventude. Após a resposta positiva por parte da Equipa de Admissões, é importante a Equipa Técnica do CAT contactar a Equipa Técnica do LIJ, de forma a passar informação (constante no processo individual da criança) e conhecer o lar. Também deve ser dada a possibilidade de a criança conhecer o novo espaço para onde irá viver, antes da sua integração definitiva (Gomes, 2010).

Em qualquer uma das situações abordadas, quando existem fratrias (de irmãos), salvo indicações em contrário por parte do Tribunal, é importante a manutenção dos laços familiares. Quando é definido o Projeto de Vida é importante que sejam contemplados todos os elementos das fratrias, por exemplo em adoções conjuntas ou integrações em lar de infância e juventude conjuntas.



➤ Avaliação do encaminhamento

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, quando o Projeto de Vida da criança se concretiza, o trabalho do CAT termina. No artigo 63.º, alínea 2, da LPCJP está contemplado que “após a cessação da medida aplicada em comissão de proteção, a criança, o jovem e a sua família poderão continuar a ser apoiados pela comissão, nos termos e pelo período que forem acordados”. Quando existe processo judicial, a execução da medida é dirigida pelo Tribunal que a aplicou, sendo a Equipa Técnica responsável pelo acompanhamento das crianças/famílias enquanto estiver aplicada à criança uma medida de acolhimento.

No que se refere ao acompanhamento feito pelos CAT são vários os autores a discordarem com a LPCJP. Por exemplo, segundo Gomes (2010), a Equipa do CAT deverá “manter a sua disponibilidade para poder interferir no processo, caso seja pedida a sua colaboração pelo serviço que efetua o acompanhamento” (p.194). Esta situação é considerada mais viável devido à proximidade que normalmente existe entre a instituição, a criança e a família.

Apesar das diversas perspetivas sobre quem deve fazer o acompanhamento da situação após o acolhimento da criança, Vieira (1998), considera que a avaliação do encaminhamento deve ser “realizada através do contacto com as estruturas de apoio comunitário da área de residência do menor, otimizando a articulação para o acompanhamento do processo. São, em paralelo, disponibilizados os recursos do Centro de Acolhimento no apoio ao menor e à família” (Vieira, 1998, p.80).

No que se refere à situação específica da “Casa da Palmeira”, o acompanhamento após a saída do acolhimento é feito em articulação direta com a equipa responsável pelo processo da criança (CPCJ ou ECJ). A única situação que não é acompanhada diretamente pela equipa do CAT, é quando ocorre uma transferência de equipamento de acolhimento. Mas quando existe uma reintegração familiar (mesmo na família alargada) ou uma adoção, o CAT mantém, sempre, um acompanhamento muito próximo.

Segundo Vieira (1998) é importante definir que, apesar deste apoio dado pelo CAT após a saída das crianças, a intervenção deve ser sempre efetuada numa perspetiva de autonomização dos menores.

A par de todo o envolvimento da criança e da família ao longo do processo, a UE considera que ainda é preciso ser dado mais um passo no sentido do *empowerment* destes, ou seja, mesmo após o acolhimento, deviam ser desenvolvidos grupos de trabalho por crianças e famílias que tivessem passado pela experiência do acolhimento institucional. Este envolvimento seria fundamental no desenvolvimento de políticas e serviços de cuidados alternativos (EuroChild, 2010).

### **3.5 – Súmula**

A Parte I deste trabalho integra dois capítulos, no capítulo II foi feita uma contextualização jurídica em relação às respostas socialmente organizadas, face às situações de risco na infância. De forma a podermos obter um conhecimento mais profundo sobre este tema, a abordagem foi feita a nível internacional e nacional, sendo perceptível algumas diferenças e semelhanças.

No capítulo III o trabalho desenvolvido foi numa linha de aprofundamento de conhecimentos face ao nosso objeto de estudo, o acolhimento institucional em Centros de Acolhimento Temporário. Aqui foi feito um enquadramento genérico do próprio acolhimento institucional e em seguida aprofundou-se os conhecimentos já existentes sobre o trabalho desenvolvido nos Centros de Acolhimento Temporário, tendo-se desenvolvido aspectos, como as práticas no acolhimento, as funções e as dinâmicas de intervenção.

A Parte I do trabalho permite que exista de um suporte teórico para que se possa iniciar todo o trabalho metodológico, com uma base sustentada.

Como se expôs, nesta parte do trabalho a orientação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo vai no sentido de que a intervenção se desenvolva para promover o retorno da criança/jovem ao seu meio natural de vida. Assim, compete aos CAT continuar a trabalhar o treino de competências parentais e manter o acompanhamento das necessidades das famílias.

De acordo com estes dois elementos, que servem como ponto de partida para esta pesquisa sobre “O acompanhamento social a crianças e famílias efetuado pelos Centros de Acolhimento Temporário na área de Lisboa”, a questão de partida que se define é a seguinte:

Qual é o tipo de acompanhamento social realizado pelos Centros de Acolhimento Temporário às crianças e respetivas famílias, tendo em vista o retorno a meio natural de vida, isto é, à família?

## **Parte II – O estudo do Acompanhamento Social realizado pelos CAT em Lisboa**

### **Capítulo IV – Os CAT em Lisboa – O desenho da pesquisa**

#### **4.1 – Justificação de Pertinência do estudo**

O acolhimento institucional é um objeto de estudo pertinente, tornando-se cada vez mais importante na sociedade portuguesa trabalhar no sentido de melhorar os procedimentos junto das crianças acolhidas e das suas famílias.

Segundo os dados apresentados pelo CASA (2011), encontravam-se em acolhimento, nesse mesmo ano, cerca de 8.938 crianças/jovens, sendo que 6.826 já tinham iniciado o acolhimento em anos anteriores e 2.112 iniciaram o acolhimento em 2011.

O estudo aqui apresentado centra-se especificamente nos Centros de Acolhimento Temporário, visto serem uma resposta de grande impacto no acolhimento de crianças e jovens, na sociedade portuguesa. Tal como se apresenta na tabela seguinte, no ano de 2011, estavam acolhidos em CAT, cerca de duas mil cento e quarenta e quatro crianças/jovens. Este número tem vindo a aumentar desde 2004, o que demonstra uma grande preocupação na colocação de crianças/jovens em resposta de acolhimento de curta duração. Numa relação direta, estamos a assistir a uma redução do acolhimento institucional nas respostas de longa duração. Daqui decorre que é cada vez mais importante a definição de um Projeto de Vida que proporcione uma resposta adequada a cada criança, em alternativa ao acolhimento institucional.

Dos dados da tabela seguinte é importante realçar o aumento da resposta dado pelas Comunidades Terapêuticas, o que reflete a crescente especificidade do acolhimento, sendo adaptada às necessidades das crianças/jovens.

Tabela n.º1 - Medidas de colocação aplicadas em Portugal (2004/20011)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<i>Lar de Infância e Juventude com Plano DOM</i>	--	--	--	--	--	2.941	3.531	3.501
<i>Lar de Infância e Juventude sem Plano DOM</i>	--	--	--	--	--	3.454	2.423	2.333
<i>Lar de Infância e Juventude</i>	6.088	7.671	7.267	7.079	6.799	6.395	5.954	5.834
<i>Centro de Acolhimento Temporário</i>	1.361	1.868	1.674	1.843	1.867	2.105	2.209	2.144
<i>Família de Acolhimento c/ laços</i>	1.802	2.036	2.698	979	189	27	--	--
<i>Família de Acolhimento s/ laços</i>	1.326	1.360		850	729	631	--	--
<i>Família de Acolhimento</i>	3.128	3.396	2.698	1.829	918	658	553	485
<i>Centros de Apoio à Vida</i>	--	53	45	80	83	92	92	75
<i>Apartamento/Lar Autonomização</i>	--	46	46	56	40	44	42	41
<i>Lar Residencial</i>	--	92	105	205	193	164	155	127
<i>Unidade de Emergência</i>	--	55	171	33	8	5	9	53
<i>Casa de Acolhimento de Emergência</i>	--	--	--	37	36	55	47	44
<i>Comunidade Terapêutica</i>	--	--	--	--	12	45	30	75
<i>Lar de Apoio</i>	--	--	--	--	--	--	45	11
<i>N/R</i>	137	652	239	200	0	0	0	0
<i>Total</i>	<b>10.714</b>	<b>13.833</b>	<b>12.245</b>	<b>11.362</b>	<b>9.956</b>	<b>9.563</b>	<b>9.136</b>	<b>8.938</b>

**Nota:** A ausência de alguns dados justifica-se pela alteração dos instrumentos de recolha de informação.

Fonte: CASA 2011, acedido em 2/06/2012

Na tabela seguinte é possível constatar a existência de um elevado número de crianças acolhidas há mais de um ano. Sendo que consideramos fundamental a redução destes valores, com este estudo também se pretende divulgar as boas práticas existentes no nosso país, o que poderá influenciar o tempo de acolhimento, para que este seja o mais curto possível. Consideramos que através da disseminação das boas práticas existentes em algumas instituições e que provavelmente são globalmente desconhecidas, ou mal conhecidas na sociedade portuguesa, poderemos contribuir para uma melhoria progressiva do sistema e dos procedimentos profissionais nos CAT.

Tabela n.º 2 – Tempo de Permanência das crianças e jovens em acolhimento (2004/2011)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<i>Menos de 3 meses</i>	--	598	491	540	--	--	--	--
<i>3-6 meses</i>	--	661	582	588	--	--	--	--
<i>7-9 meses</i>	--	520	404	392	--	--	--	--
<i>10-12 meses</i>	--	517	436	343	--	--	--	--
<i>Menos de 1 ano</i>	--	--	--	--	2.208	2.415	2.325	2.397
<i>1 ano</i>	--	--	--	--	1.703	1.717	1.581	1.640
<i>2-3 anos</i>	--	--	--	--	1.905	1.937	2.004	1.800
<i>4-6 anos</i>	--	3.570	3.323	2.612	--	1.531	1.457	1.495
<i>7 ou mais anos</i>	--	2.839	2.574	2.003	1.647	1.963	1.769	1.606
<i>N/R</i>	--	1.328	977	2.364	473	0	0	0
<i>Total</i>	<b>10.714</b>	<b>13.833</b>	<b>12.245</b>	<b>11.362</b>	<b>9.956</b>	<b>9.563</b>	<b>9.136</b>	<b>8.938</b>

**Nota:** A ausência de alguns dados justifica-se pela alteração dos instrumentos de recolha de informação.

Fonte: CASA 2011, acedido em 2/06/2012

## 4.2 – Objetivos e Procedimentos metodológicos

O objetivo geral a que nos propusemos consiste em compreender o processo de acompanhamento às crianças em CAT e às respetivas famílias. Para cumprir este objetivo, foi selecionada uma amostra (intencional ou de julgamento) de nove Centros de Acolhimento Temporário localizados na área de Lisboa. Assim se incluíram nove concelhos a Norte do Tejo, selecionando-se de cada um dos concelhos um CAT com crianças dos zero aos doze anos de idade.

Os objetivos específicos de pesquisa são:

- Distinguir os tipos de acompanhamento social, caracterizando-os.
- Compreender o tipo de acompanhamento social efetuado pelos CAT, distinguindo o acompanhamento às crianças do acompanhamento às suas famílias.
- Avaliar o modo como se concretiza o acompanhamento social das crianças e das suas famílias aquando da saída das crianças da instituição, nas situações de retorno ao meio natural de vida.

- d) Aferir as vantagens e desvantagens do acompanhamento social efetuado, do ponto de vista dos técnicos de Serviço Social dos CAT.
- e) Eleger os melhores procedimentos no acompanhamento social das crianças e das suas famílias aquando da sua saída da instituição, nas situações de retorno ao meio natural de vida.

Para a seleção dos CAT que integram a amostra de estudo, inicialmente a investigadora realizou uma listagem dos Centros de Acolhimento Temporário existentes no distrito de Lisboa, com base na Carta Social (2011), tendo em seguida selecionado os CAT a serem incluídos na amostra.

O Universo de estudo é composto pela totalidade dos Centros de Acolhimento Temporário (para crianças entre os zero e os doze anos) localizados no distrito de Lisboa.

O processo de seleção da amostra partiu de uma lógica de base geográfica, pretendendo-se cobrir o Distrito de Lisboa. Vieram a fazer parte da amostra nove CAT (para crianças entre os zero e os doze anos, no distrito de Lisboa). Os critérios de inclusão na amostra implicaram que não se considerassem como casos válidos os CAT “Casa da Palmeira” e “Casa do Gil” porque a “Casa da Palmeira” é o local de trabalho da investigadora, pelo que ao ser excluído se previne questões de parcialidade e a “Casa do Gil” é referente a um tipo de acolhimento específico. Excluídos estes dois casos, selecionou-se apenas um CAT por Concelho, na tentativa de se manter uma cobertura geográfica do Distrito de Lisboa, embora se assuma que a amostra de estudo não garante a representatividade. Em relação aos concelhos de Cascais e de Vila Franca de Xira, a opção foi feita pela “Casa da Encosta” e pela “Quinta dos Fidalgos”, devido a uma proximidade profissional com a investigadora, o que originou uma disponibilidade imediata dos técnicos em participarem no estudo antes do contacto oficial.

Na tabela apresentada em seguida, estão presentes os Centros de Acolhimento Temporário e os Centros de Acolhimento de Emergência, pois é desta forma que a “Carta Social” expõe os dados relativos ao acolhimento temporário. A “Carta Social” apresenta uma divisão relativamente às respostas de acolhimento institucional, conforme a divisão feita na LPCJ, ou seja, de forma temporal, com acolhimentos por períodos inferiores a 6 meses e acolhimentos superiores a 6 meses (lar de infância e juventude), daí estarem englobados na mesma tabela os CAT e os CAE.



Tabela n.º 3 - Centros de Acolhimento Temporário para crianças dos 0 anos 12 anos no distrito de Lisboa (2009)

<b>Distrito</b>	<b>Concelho</b>	<b>Nome</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>CAT/CAE</b>	<b>Capacidade (n.º de crianças)</b>
Lisboa	Amadora	Quinta de S. Miguel	0-12	CAT	14
	Cascais	Casa da Encosta	0-12	CAT	12
	Cascais	Francisca Lindoso	0-12	CAT	14
	Cascais	Casa da Criança de Tires	3-10	CAT	12
	Lisboa	Ajuda de Berço	0-3	CAT	20
	Lisboa	Casa dos Plátanos	0-8	CAT	20
	Lisboa	Monsanto	0-3	CAT	20
	Lisboa	Polo Casa do Lago	-----	CAE	7
	Lisboa	Casa da Luz	12-18	CAE	30
	Lisboa	Casa da Ameixoeira	12-18	CAT	10
	Lisboa	Casa das Cores	3-12	CAT	12
	Lisboa	CED Sta Catarina	12-18	CAT	12
	Lisboa	Casa do Lago	-----	CAE	14
	Lisboa	CAOT Santa Joana	0-8	CAT	31
	Lisboa	Casa da Alameda	-----	CAE	14
	Lisboa	Casa da Boavista	7-16		14
	Lisboa	Mão Amiga	0-12	CAT	14
	Lisboa	Casa do Gil	0-12	CAT	16
	Loures	Casa do Infatado	0-12	CAT	12
	Loures	Casa da Palmeira	0-12	CAT	16
	Odivelas	Casa Rainha de Santa Isabel	0-12	CAT	13
	Odivelas	Centro Comunitário Paroquial da Ramada	0-16	CAT	7
	Oeiras	Casa do Parque	0-12	CAT	14
	Oeiras	Casa da Fonte	-----	CAE	20
	Sintra	Novo Mundo	0-12	CAT	15
	Torres Vedras	Renascer	0-12	CAT	12
	VFX	Ass. Bem estar Infantil VFX – Quinta dos Fidalgos	0-12	CAT	15
	VFX	Ass. Bem estar Infantil VFX – Quinta dos Baceiros	12-18	CAT	15
	VFX	Casal do Álamo	12-18	CAT	15
	VFX	CEBI	0-12	CAT	30

Fonte: [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt) acedido em Junho de 2011

Na tabela acima apresentada estão inventariados todos CAT existentes no distrito de Lisboa, de acordo com os dados da Carta Social (2011). Os CAT sinalizados com cor azul são os que integram a amostra de estudo, o que corresponde a nove centros.

O método qualitativo foi privilegiado, visto que se pretende compreender o trabalho efetuado pelos CAT com as crianças e as famílias.

Para cumprir os objetivos de pesquisa, consideramos que a entrevista individual semi-estruturada consiste na técnica de recolha de dados mais adequada. Os sujeitos de pesquisa serão os Técnicos de Serviço Social selecionados de cada um dos CAT envolvidos no estudo. O guião de entrevista foi elaborado em específico para este estudo (anexo).

Para testar o guião de entrevista na sua clareza, quanto à ordem das questões e quanto ao seu conteúdo e na sua extensão, foi efetuado um pré-teste do mesmo com uma estagiária finalista de Serviço Social, que se encontrava a realizar o seu estágio académico na “Casa da Palmeira”. Com este pré-teste foi possível corrigir algumas questões, de forma a torná-las mais claras, bem como aferir da duração da entrevista. Esta entrevista não está incluída no corpo de análise, visto que o sujeito não faz parte da amostra de estudo.

O anonimato dos profissionais que constituem sujeitos de pesquisa e a confidencialidade dos dados transmitidos será sempre assegurado, pelo que as entrevistas não serão referenciadas com o CAT em que foram realizadas.

A opção de contextualizar os locais de estudo permite ao leitor ter uma perceção mais aproximada do estudo desenvolvido, sendo igualmente necessário preservar questões de ordem ética de forma a não ser revelada qualquer tipo de informação confidencial.

A marcação das entrevistas foi feita através do envio de e-mail para os Diretores Técnicos de cada CAT e uma semana após o envio através de contacto telefónico. Ao longo dos telefonemas foram-se marcando as entrevistas quer diretamente com o técnico, quer com o Diretor Técnico que depois transmitiu a informação ao Técnico de Serviço Social - sujeito da amostra ao qual se pretendia aplicar a entrevista.

As entrevistas foram todas realizadas pela investigadora, nos respetivos locais de trabalho dos entrevistados e gravadas em áudio com o consentimento (verbal) de todos os entrevistados. Em todas as entrevistas a duração foi superior a trinta minutos, havendo algumas situações em que chegou a cerca de uma hora de duração. A entrevista mais curta teve a duração de trinta e três minutos, enquanto a mais longa durou cerca de uma hora e seis minutos, sendo possível aferir uma média de cinquenta minutos de entrevistas.

Tal como definido por Guerra (2006), pretende-se efetuar uma análise interpretativa do conteúdo das diversas entrevistas, pelo que foram seguidas uma série de etapas de acordo com as orientações teórico-metodológicas da *grounded theory*. O processo de análise começou com a transcrição integral das entrevistas, leitura das entrevistas, construção das sinopses das entrevistas, análise descritiva numa lógica categorial, e por fim, a análise interpretativa que permitirá estabelecer algumas comparações entre os discursos produzidos por cada um/a do/as entrevistado/as, com o objetivo de encontrar semelhanças e diferenças entre o trabalho desenvolvido por cada um dos CAT.

### **4.3 – Análise de Dados**

#### **4.3.1 – Caracterização dos CAT**

Através da análise das entrevistas, é possível constatar que todos os técnicos entrevistados possuem o grau académico de Licenciatura, (todas na área das Ciências Sociais: Serviço Social e Política Social). Existem duas situações em que os entrevistados possuem Pós-Graduações na área em que estão a trabalhar “Intervenção Social com Crianças e Jovens em Risco”.

Na maioria das situações, os entrevistados estão efetivos e a tempo inteiro na Instituição e na função que desempenham. Apenas existem duas situações distintas: num CAT, a Técnica de Serviço Social encontra-se a tempo parcial e a recibos verdes e noutro, a Técnica encontra-se a tempo inteiro, mas com contratos anuais renováveis.

A média de idades dos entrevistados é de 33.7 anos, com um mínimo de 28 anos e um máximo de 42 anos. Apenas foi entrevistado um técnico do sexo masculino, sendo as restantes técnicas mulheres. Todos os técnicos apresentam experiência profissional anterior, quer na área da infância, quer noutra área. A maioria dos entrevistados teve experiências profissionais noutras áreas sendo apenas três as situações em que os indivíduos tiveram experiências em CAT antes de estarem a trabalhar no atual CAT.

No que se refere à constituição das equipas, é possível constatar a existência de quatro tipos de equipas: a Equipa Técnica, a Equipa Educativa, a Equipa de Ajudantes de Ação Direta e a Equipa de Auxiliares (que não estão necessariamente presentes em todos os CAT).

Todos os CAT possuem Equipa Técnica, constituída por uma equipa multidisciplinar. Dos dados recolhidos destacamos a existência de uma Técnica de Serviço Social e de uma Psicóloga em todas as equipas. As equipas são compostas por três ou mais elementos.

Em seis dos nove CAT existe Equipa Educativa. Em cinco destas situações, as equipas são compostas por Educadores, mas numa das situações o técnico identifica como Equipa Educativa a equipa composta por Ajudantes de Ação Direta. Nas Equipas Educativas integradas por Educadores, a sua dimensão varia entre um elemento e três. Na situação em que são considerados os Ajudantes de Ação Direta, a equipa tem sete elementos sendo que nesta situação, o trabalho é efetuado por turnos.

É possível constatar que todos os CAT têm Equipa de Ajudantes de Ação Direta, à exceção do CAT que referiu esta equipa como sendo Equipa Educativa. Em apenas uma das situações, a Técnica não sabia referir quantos elementos compunham a equipa, referindo “(...) não sei bem quantas são, mas muitas, penso que a esse nível estamos muito bem, à tarde é normal estarem quatro pessoas por turnos.” (E3). Nos outros CAT, esta equipa varia entre quatro e dez elementos, trabalhando por turnos.

A Equipa de Auxiliares, é composta no mínimo por dois elementos, havendo situações em que podem ser quatro elementos. Esta equipa não trabalha por turnos e normalmente é composta por cozinheira, motorista e um profissional de serviços gerais. Em dois CAT esta equipa não existe, sendo este trabalho efetuado pela Equipa de Ajudantes de Ação Direta.

#### **4.3.2 – Avaliação dos CAT do ponto de vista dos Técnicos de Serviço Social**

Relativamente à avaliação do CAT, procurámos compreender várias categorias, designadamente os aspetos positivos, os aspetos negativos, também as sugestões de melhoria e as propostas de inovação feitas pelos técnicos. Iremos iniciar esta análise dos dados, pelos aspetos positivos.

Os aspetos positivos podem ser subdivididos em três categorias, as de ordem institucional, as de ordem relacional e as de ordem técnica. Os aspetos positivos de ordem institucional incluem elementos que são avaliados como tendo provocado uma alteração no funcionamento do CAT, por exemplo “(...) temos uma carrinha, temos um carro (...)” (E1) ou “(...)optámos por ter uma pessoa no turno da manhã fixa, porque (...) achamos importante que fosse sempre a mesma pessoa a fazer as rotinas da manhã, (...) para lhes proporcionar uma maior estabilidade.” (E1).

No que se refere aos aspetos de ordem relacional, aquele que é apresentado pela maioria dos entrevistados pode ser ilustrado através do seguinte excerto: “(...) eu acho que o mais importante, é de facto tentar estabelecer uma relação, conhecer estas famílias de uma forma diferente, temos essa vantagem e essa vantagem dá-nos este conhecimento (...)” (E2). Outra entrevistada refere “(...) o CAT intervir junto da família é muito importante, e acho que o reforço positivo, que o CAT pode fazer perante a família, seja família alargada, seja família nuclear, é muito importante” (E4).

Por último, existem aspetos de ordem técnica, que apenas são referidos por 3 dos entrevistados, “(...)a Equipa Técnica está muito mais consciente das dificuldades, têm maior formação, as pessoas têm uma maior partilha e articulam com as equipas de uma forma mais aberta e privilegiamos as reuniões, a articulação, ou seja há mesmo um privilégio em estar aberto, não haver o facto de estar fechado. (...)” (E6).

Nos aspetos negativos do CAT, podemos igualmente encontrar limitações de ordem institucional, relacional e técnica. As limitações de ordem relacional podem ser ilustradas com a seguinte referência “(...) Tentamos ao máximo aproximar-nos de um ambiente familiar, mas nunca é, nunca igualamos uma família, seja ela qual for (...)” (E1) e/ou o seu impacto “(...) temos uma maior dificuldade em proporcionar essa qualidade porque as crianças estão sempre a ver caras diferentes, não há um acompanhamento [...] tão contínuo e portanto vão-se deitar com uma pessoa, acordam com outra, chegam da escola e está outra e assim sucessivamente.” (E1). (...) Estas ideias estão presentes em todas as entrevistas. A relação entre as limitações existentes e o seu impacto (no CAT, nas crianças e nas famílias das crianças) nem sempre foi estabelecido. Por exemplo na entrevista 2, é apresentada a limitação, mas o entrevistado não aborda o seu impacto “ (...) nenhuma retirada é positiva, porque quem sofre nestas retiradas, de facto é sempre a criança e há sempre relações que se cortam, há sempre vínculos que se cortam. (...)” (E2).

As limitações de ordem institucional não estão presentes em todas as entrevistas, deixando como hipótese que não preocupam de igual forma os entrevistados. Por exemplo, um dos entrevistados refere que uma limitação de ordem institucional “(...) é a disparidade de idades que pode haver entre crianças dos 0 meses e crianças dos 12 anos (...)” (E9) e técnicas “(...) há uma demora nos processos, nas decisões, (...)” (E3).

Com o objetivo de que esta pesquisa dê um contributo útil para a melhoria do sistema de acolhimento em CAT, optámos por elencar todos os fatores mencionados enquanto sugestões de melhoria. Para não tornar o texto maçador, optámos por selecionar algumas citações evitando a repetição entre ideias. Foram apresentadas como sugestões de melhoria:

- ☐ A constituição de equipas multidisciplinares;
- ☐ O trabalho em rede interinstitucional;
- ☐ A intervenção com as famílias num modelo de proximidade relacional (podendo sugerir a hipótese de aumentar o grau de participação das famílias no processo de intervenção);
- ☐ A formação constante da equipa técnica;
- ☐ Atitude proativa;
- ☐ Turnos fixos para as Equipas de Ajudantes de Ação Direta;
- ☐ Diminuição do tempo de acolhimento;
- ☐ Estabilização das equipas.

Quanto a propostas de inovação, os entrevistados mencionaram menos ideias (tendo apenas sido apresentadas duas): O Acolhimento Familiar em detrimento do Acolhimento Prolongado e o aumento da ligação entre as equipas das ECJ, CPCJ e crianças e dos Tribunais (juízes) com os CAT.

Apenas um dos entrevistados se referiu ao papel dos técnicos no CAT, dizendo que os técnicos têm que demonstrar respeito pelas famílias e fazer uma intervenção baseada na proximidade (relacional). Em contrapartida, as famílias devem demonstrar o seu interesse em que os técnicos trabalhem com elas. (E8) Infere-se daqui que o papel dos técnicos, do ponto de vista das entrevistadas, varia com a disponibilidade das famílias para o relacionamento. Esta nossa interpretação é sublinhada no seguinte excerto: “(...) com o maior respeito possível, desde que elas de início demonstrem interesse e é esse o nosso papel, de grande proximidade com as famílias.” (E2). Este técnico refere ainda que é importante que o seu papel seja no sentido de trabalhar com as famílias para que a situação se altere, de forma a que o fator que levou ao acolhimento seja anulado podendo definir-se um Projeto de Vida com sucesso, dizendo “(...) o nosso papel é (...) motivá-los para (...) dar a volta (...)” (E2).

Do ponto de vista dos técnicos o que orienta a ação dos CAT, é para dois dos técnicos “(...) o superior interesse da criança está acima de tudo e é o respeito por estas famílias e tentar trabalhá-las e tentar perceber o que é que está por trás deste acolhimento.” (E2). O outro técnico considera que o CAT é “(...) sem dúvida (...), que muitas vezes é a única resposta que salvaguarda os interesses e os direitos das crianças (...)” (E3). Estas informações vão ao encontro do que está previsto na LPCJP (como se apresentou na Parte I deste estudo).

Apenas um dos entrevistados se referiu ao poder que os técnicos têm e que decorre ou está ligado ao trabalho desenvolvido no CAT. Este tema emergiu ligado à definição do Projeto de Vida das crianças, “(...) dá-nos uma coisa que é muito chata, que eu também tenho dificuldade em lidar, que é o poder que nós temos num CAT, que é uma coisa que se nós refletirmos ficamos com medo, temos muito mais poder que as colegas da Segurança Social, temos de ter essa noção.” (E2). Os fatores subjacentes a esta noção de poder são os seguintes: “(...)nos dão o poder de dar voz a estas crianças e nós damos, porque incentivamos o direito à participação destas crianças (...)” (E2).

Quanto ao papel do CAT na interação com as famílias das crianças, apenas um entrevistado referiu que “é muito exigente porque as pessoas não estão muitas vezes preparadas para que o processo seja tão rápido, (...) as pessoas não têm a nível de estrutura capacidade para isso, torna-se mais difícil.” (E6). Este sentimento e perceção, apesar de ser o único testemunho, identifica a necessidade existente no estabelecimento da relação entre a equipa do CAT e as famílias das crianças acolhidas, pois só assim será possível que se desenvolva um trabalho estruturado e com resultados positivos.



De forma a cumprir o objetivo de estudo, em que se pretende perceber a intervenção que é feita com a família, a partir das entrevistas foram definidas algumas categorias de análise. Assim distinguimos entre as situações em que existe envolvimento da(s) família(s) no acolhimento da(s) criança(s); Isolámos o momento em que começa a intervenção com a família; Identificámos a fase inicial da intervenção; Parcerias; Acompanhamento social da Equipa Técnica à família/ Trabalho desenvolvido com a família; Visitas da família à criança; Envolvimento da família com o CAT e Dificuldades das famílias. Recordamos que valorizámos o ponto de vista dos técnicos, na avaliação destes itens que foram identificados a posteriori, na análise do seu discurso.

Quatro entrevistados consideram que existem situações em que a família se envolve no acolhimento (sempre ou quase sempre). Do ponto de vista dos técnicos a família pode não se envolver (se, por exemplo, já está definido um projeto de adoção para a criança). Em contraste, quatro dos entrevistados consideram que as famílias acompanham sempre as crianças ainda que o seu discurso se refira em específico ao dia do acolhimento. Estas referências podem explicar-se com as situações que os CAT's têm acolhido até à data. Por outras palavras, a experiência institucional marca a formação de opinião sobre o assunto.

À exceção de um dos CAT, todos os outros referiram que a intervenção com a família se inicia à entrada da criança no CAT, quando a família acompanha a criança, o que fica patente nesta afirmação: “No dia de entrada” (E4), “(...) sempre desde o primeiro momento.” (E7). Na eventualidade de a família não contactar o CAT, as opiniões dividem-se, pois existem locais que não fazem o primeiro contacto com a família afirmando os técnicos que tem de ser a família a dar este passo, “(...) nós temos uma política que nos parece que para a avaliação é fundamental que é, nós não tomamos iniciativa nenhuma para marcar a visita ou para convidar a fazer parte do processo de acolhimento sem antes a família tomar a primeira iniciativa (...)” (E9). Porém noutros CAT verificámos que é a Equipa Técnica que dá esse passo “(...) é logo feito um contacto para estabelecer esse primeiro conhecimento o mais rápido possível (...)” (E6).

Em relação à fase inicial da intervenção com a família, todos os CAT acabam por apresentar um funcionamento idêntico, ou seja, a casa é sempre “apresentada” aos familiares para que possam conhecer o espaço onde a criança irá viver nos próximos tempos. Todos os entrevistados referem que, logo no primeiro momento, é marcada uma reunião de forma a dar-se início a todo o processo “(...) vem cá inicialmente à primeira entrevista, explicamos o que é, como é que funciona o CAT, fazemos sempre um acordo de visitas e tentamos incutir junto da família que é importante a presença dela, cá, para o bem-estar da criança, para haver um compromisso e realçar que é importante a vinda deles cá (...)” (E7).

Quanto à intervenção com outros organismos e instituições apenas um dos entrevistados faz referências às parcerias (informais) existentes entre o CAT e outras entidades “(...) estamos a recorrer muito ao hospital de S. Francisco Xavier (...) temos empresas ligadas à área da farmacêutica, uma empresa, que também nos dá apoio e que tem duas médicas, que pontualmente, se necessitarmos têm disponibilidade para vir cá(...)” (E1).

Em relação ao acompanhamento social da Equipa Técnica à família, também é possível inferir dos dados que todos os CAT desenvolvem o acompanhamento de forma idêntica, incentivando o trabalho de proximidade com a família, desde que não exista nenhum impedimento legal e que o Projeto de Vida da criança assim o defina.

“(...) há um diagnóstico das necessidades, fazemos um plano de intervenção que pode passar por, desde o acompanhamento ao nível do trabalho, podemos ajudar ao nível das questões do centro de emprego, na procura de trabalho, indicar, articular, (...) em termos das visitas domiciliárias, fazemos, ver como é que estão as coisas, incentivar para a gestão da casa, aqui em contexto de instituição, nas visitas, a fazer a aproximação, enfim, criar o ambiente em que a criança esteja mais ligadas com os familiares, se for preciso fazer um plano de competências parentais, faz-se o plano, criar a relação, às vezes que não exista, ou que é pouca de mãe-filho (...)” (E7).

Na maioria das situações, os entrevistados fazem referências ao trabalho que tem de ser desenvolvido em articulação com as restantes entidades que estão a trabalhar com a família e que já a conhecem antes do acolhimento da criança, “Utilizamos sempre os recursos da zona de residência e sempre em articulação com a equipa da Segurança Social ou Comissão que está a acompanhar o caso, porque normalmente são quem conhece já as famílias de trás e que sabe, que conhece os serviços aos quais a família já recorre ou não, ou então é partir do zero e fazer uma pesquisa de quais são os recursos possíveis e encaminhar a família. (...)” (E1)

Relativamente às visitas da família à criança no CAT, nem todos os entrevistados abordaram a questão mas, nas sete situações em que foram referidas, é possível constatar que a intervenção é bastante idêntica no que se refere aos procedimentos adotados durante as visitas, segundo os técnicos estes tentam que as visitas sejam sempre vigiadas “Nós observamos as visitas, aqui o Assistente Social juntamente, com a colega psicóloga, fazemos sempre esse trabalho” (E2). Quando são crianças mais pequenas (ou bebés), é incentivada a existência de visitas diárias, de forma fortalecer a vinculação, “(...) sempre que temos crianças de menos de 1 ano fazemos várias visitas, a não ser um caso em que isso seja impossível para os pais virem cá. (...)” (E7). Por norma, as visitas ocorrem no espaço da casa, “ (...) é por isso que normalmente nas visitas aqui da casa é o momento só daquela criança, (...)” (E2) e têm lugar uma vez por semana, “Normalmente é semanal, há essa necessidade de adequar (...)”, sem que tal situação seja uma “regra de ouro”.

De forma a perceber o acompanhamento social que é feito às famílias, também é preciso perceber se existe envolvimento da família com o CAT. Nas respostas obtidas, todos os entrevistados foram unânimes em dizer que existe esse envolvimento e que o tentam promover ao máximo. “ (...) Temos famílias que desde o início que estão presentes, com uma presença constante, pode não ser diária, mas têm disponibilidade para estarem com as crianças aqui, acompanharem as crianças, por exemplo às consultas de rotina, às consultas de especialidade, nós tentamos sempre envolver os pais.” (E5). Apesar desta situação, também é referido por diversas vezes, que depende muito de situação para situação e de família para família. Por vezes também é referido que a definição do Projeto de Vida (regresso à família biológica, adoção ou integração em lar de infância e juventude) pode determinar um maior ou menor envolvimento por parte da família e do CAT. Por exemplo esta técnica afirma que, “Temos situações em que os pais ficam ausentes durante vários meses e não há envolvimento, como é óbvio, depois há outros que querem ser presentes mas por motivos profissionais não podem vir tanto, não se proporciona esse envolvimento, é um bocadinho cada caso. (...)” (E6).

Um dos entrevistados referiu que a intervenção com a família poderá estar condicionada por algumas dificuldades por parte da própria família. Estas dificuldades, apresentadas pelas famílias, são principalmente de ordem económica “(...) tinham grandes dificuldades e que não podiam receber a criança e é algo que cada vez mais vai acontecer devido à situação económica que vivemos.” (E6) para além destas também foram referidas dificuldades do foro mental ” (...) constatamos que há muitas pessoas que não têm capacidade, a nível de estrutura mental para perceber porque é que o filho está no CAT, o que é que é o CAT, e tudo é muito estranho (...)” (E6)

Na análise do Processo de Intervenção com a criança definimos as seguintes categorias: O início da intervenção com a criança; Fase de Acolhimento; Acompanhamento Social da Criança; Definição do Projeto de Intervenção com a Criança e Áreas e modos de intervenção diagnóstica com base no Projeto de Intervenção.

Acerca de quando tem início a intervenção com a criança, não encontramos unanimidade entre os entrevistados. Em seis entrevistas é considerado que a intervenção é iniciada à entrada, “Nós por norma, não temos contacto com a criança antes de ela entrar. Recebemos as “peças” que nos vêm da gestão de vagas e normalmente o resto das informações também só chegam depois, portanto é mesmo no dia em que ela entra.” (E4). Nas outras três entrevistas é considerado que a intervenção é iniciada antes da entrada da criança no CAT. Vejamos: “Começa antes dela ser acolhida, a partir do momento em que recebemos o pedido e dizemos que temos vaga para a criança. Começa-se logo nesse contacto, agora com a Equipa de Admissões, tentamos saber o máximo de informação sobre a criança e a família para nos prepararmos para recebê-la, (...) desde a cama em que vai ficar, o quarto, com que meninos, com que crianças da casa é que poderá ficar melhor enquadrada, para que escola é que vai, se vai para as atividades extra-curriculares, esse trabalho começa logo a ser feito antes do acolhimento. (...)” (E1).

Todos os CAT referem um grande cuidado com a preparação da Fase de Acolhimento, revelando que do seu ponto de vista esta fase é muito importante para a criança, sendo fundamental que a casa, o grupo de crianças e a própria criança sejam acolhidos o melhor possível. No seu discurso os técnicos apresentam várias ações que do seu ponto de vista, conduzem a um bom acolhimento. Reproduzimos aqui um excerto descritivo de uma das entrevistas: “Primeiro, quando a criança aqui chega, tentamos dar-lhe a atenção máxima, tentamos que não haja outras crianças em casa, o que nem sempre é possível, mas tentamos. Tentar que ela se adapte ao espaço, conhecer a casa, conhecer o quarto dele, a cama, conhecer as pessoas que cá estão nesse dia para recebê-la e depois apresentá-la aos outros meninos. Começa por aí, por fazer uma integração da criança ao espaço e depois normalmente a criança fica cá um período em casa, connosco, equipa, não vai logo de início à escola, nem à pré, nem à primária, primeiro para se adaptar aqui à casa e às dinâmicas e às rotinas, às pessoas, às outras crianças e depois, a partir daí faz-se o que é necessário.” (E5).

Após esta Fase de Acolhimento inicia-se o Acompanhamento Social da Criança, que passa por uma ativação de recursos a vários níveis. Desde logo, ao nível da escola “É também em termos escolares, tratar da parte da transferência escolar, numa fase mais inicial em termos também da activação destes recursos” (E8). Também da saúde “A inscrição no Centro de Saúde, a consulta, as análises, saber se a criança tem consultas de especialidade (...)” (E5). Ao nível da família “nós acompanhamos ao nível social, a questão de trabalhar a família, trabalhar aqui as relações ainda a relação entre eles, a relação com os adultos (...)” (E9). Ainda ao nível das atividades extra-curriculares “(...) Inscrevemo-los nas atividades consoante as idades, tentamos logo que a criança se sinta inserida.” (E6). É importante assinalar que em três entrevistas, foi referido que quando as crianças são muito pequenas (aproximadamente até aos 2 anos) não são logo integradas em equipamentos de infância permanecendo no CAT.

Ao longo do Acompanhamento Social, vai-se definindo o Projeto de Intervenção com a criança “(...) Após ser realizada essa avaliação e esse diagnóstico, então compreendidas as necessidades da família e da criança, porque se tem de trabalhar nas duas vertentes, é então em reunião de equipa que estabelecemos o que é que...como é que achamos que podemos intervir no caso, de acordo com as necessidades que identificamos. (...)” (E1). De acordo com os técnicos pretende-se que a definição do Projeto de Intervenção com a criança seja feito em parceria com as restantes equipas que também acompanham o processo, mas nem sempre tal é possível. “Nós tentamos reunir sempre com a ECJ ou com a CPCJ porque já têm conhecimento anterior da situação, normalmente. (...)” (E5).

Após a definição do Projeto de Intervenção, toda a ação é definida com o objetivo de concretização desse mesmo projeto. Esta ação é dirigida a áreas, como a saúde, a escola, a educação e a psicologia. Tendo em conta as necessidades das crianças, tenta-se desenvolver estratégias com o objetivo de as colmatar. “Existe o cuidado de definir logo, em termos de desenvolvimento infantil às vezes é importante “atacar” logo a situação, porque, por norma as crianças chegam com atraso de desenvolvimento, são integradas em creche quando têm vaga, nem sempre há essa possibilidade, e nós definimos logo planos de estimulação cá na casa para elas. Esses planos são desenvolvidos pela educadora e infância em colaboração com a restante Equipa Educativa. “ (E3).

Quando as condições estão reunidas para que uma determinada criança possa sair do CAT, segundo os técnicos verifica-se um momento igualmente complexo, pois, entre outros fatores, existem mais 10 ou 12 crianças que continuam acolhidas “(...) É difícil gerir estas situações de saídas e entradas, causa sempre agitação no grupo. (...)” (E1). Além das crianças, segundo os técnicos também os adultos sofrem grande impacto com a saída das crianças do CAT “A relação com as crianças também se vai criando (...) .Portanto acho que ficam apegados (...)” (E4).

Visto que o interpretam como um momento bastante emotivo, três dos entrevistados referem a importância do apoio do Psicólogo – “(...) isto é um trabalho mais individualizado que a Psicóloga também faz com eles (...)” e do Gestor de Caso “A primeira abordagem é feita pela pessoa que está mais próxima da criança e por norma, acaba por ser o Gestor de Caso e depois essas questões são trabalhadas com a Psicóloga. (...)”.Daqui se deduz que a intervenção específica destes profissionais é considerada fundamental no trabalho direto com a criança, em particular nesta fase (da sua saída do CAT).

Os dados indicam que em todas as situações a preparação da saída da criança é feita em conjunto com a própria criança, “Se já está definida a saída é porque já se entendeu que a criança está predisposta àquele Projeto de Vida, (...) portanto, ela já tem conhecimento disso, não é uma situação que surge assim nova, vão estando a par, quem já tem discernimento para tal, sim vão estando a par dos processos.” (E7).

A saída das crianças do CAT pode ser feita para o seu regresso à família biológica, para uma família adotiva ou para um Lar de Infância e Juventude. Em qualquer uma das situações, é fundamental a organização do processo individual e documentação pessoal, de forma a facilitar o momento da saída.

No caso de a saída da criança do CAT ocorrer para a sua família biológica, na maior parte das vezes a criança encontra-se perfeitamente consciente da situação, uma vez que a preparação já vem sendo feita há bastante tempo, designadamente através das idas mais prolongadas a casa e do acompanhamento (efetivo) do dia-a-dia da criança por parte dos familiares. “No regresso à família é gradual, porque elas começam a...passam das visitas, começam a sair pontualmente com as famílias, depois vão a casa, passam os fins-de-semana, passam as férias e só depois disso é que (...)” (E1).



No que se refere às situações de família adotiva, os procedimentos são muito diferentes dos anteriores, pois envolvem uma Equipa Técnica e uma família, que não conhecem a criança. Nesta situação a criança é igualmente preparada anteriormente, mas a ligação entre criança e família tem de ser feita no dia-a-dia em que se vão conhecendo. “Quando é uma adoção e há uma decisão de adoção, os nossos procedimentos são enviar o processo para a Equipa de Adoções de Lisboa, a Equipa de Adoções de Lisboa seleciona um casal ou pessoa singular e depois há uma aproximação dessa família nova à Casa. Por experiência nossa todas as crianças sabem que aquele menino, é natural nós não vamos dizer, mas sabem que aquele menino vai para casa e o outro não vai para casa porque vai ter uma adoção, (...) portanto é natural e é feito esse trabalho de preparação, às vezes para os casais, é feito entre eles, de uma forma mais que natural e é isso que é importante, que seja de forma natural. Esse trabalho de aproximação a estas famílias novas depende das idades de cada criança, mas tal como é preparada a saída para reintegrações familiares, na família biológica, também é feito este trabalho com as famílias de adoção.” (E2).

Já nos casos em que o Projeto de Vida da criança passa por uma integração em Lar de Infância e Juventude, o trabalho, além de ser feito com a criança, é feito com a instituição que a recebe de forma a minimizar o impacto de mais uma mudança. Normalmente é a equipa do CAT que leva a criança ao “novo lar”. “Quando estas situações acontecem, tentamos minimizar ou seja, é irmos lá reunirmos com a equipa, é levá-los lá num primeiro dia para eles poderem conhecer a nova instituição e as crianças, podermos conversar muito sobre isso, podermos mostrar imagens e só passados quatro/cinco dias é que as crianças vão. Depois o contacto, há um contacto da nossa parte para com a equipa no sentido de tentar perceber como é que foram os primeiros dias, se é preciso agilizar algumas situações em termos de saúde ou escolares, nesta fase ainda há esse contacto, tentamos perceber qual é a abertura para um contacto nosso com a criança em termos telefónicos, também tentamos não ser muito evasivos, porque sabemos que há necessidade de adaptação a uma nova situação, uma nova equipa, novas crianças, enfim uma nova vida.” (E8).

Após a saída da criança do CAT, quando existe um regresso à família biológica, pode haver ou não acompanhamento por parte do CAT. Através das entrevistas inferimos que, a forma de atuação se divide, havendo quatro situações em que os técnicos referem que o acompanhamento se mantém e cinco em que referem que não se mantém.

Quando o acompanhamento se mantém, é feito através de “(...) contactos telefónicos, de visitas domiciliárias, de contactos com estruturas locais, se houver necessidade disso, à partida confiamos naquilo que as famílias nos vão transmitindo a menos que não tenhamos razão para isso e aí contactamos diretamente, ou a escola onde a criança ficar...é por aí que é feito o nosso acompanhamento.” (E1). Nestas situações normalmente não se excedem os 6 meses de acompanhamento. De forma a evitar estas situações completamente diferentes, os técnicos consideram importante a regulamentação deste acompanhamento após a saída dos CAT, justificado pelo conhecimento da criança e da família num contexto de acolhimento que nenhuma outra equipa tem. “(...) Se calhar devia de haver qualquer coisa regulamentada para os CAT também não se desvinculem logo, de uma forma abrupta, porque, parecendo que não, os miúdos acabam por estar aqui algum tempo e há um envolvimento com o centro e dos técnicos com a família, se calhar mais próximo do que com as outras equipas e isso é bom e outras vezes não é...depende de cada família e da forma como encara o acolhimento. (...)”(E5).

Nas situações em que é referido que o acompanhamento não se mantém, pudemos perceber que os técnicos justificam ou argumentam através da valorização das atribuições administrativas do CAT “(..) nós acabamos por sair de cena, até porque assim que sai uma criança entra outra. Por outro lado também temos a pressão da gestão dos recursos (...)” (E3), ou através da valorização do trabalho em rede feito a partir daí, por outra equipa, “Já não é da nossa competência, são as equipas de rua.” (E6). Nestas situações, os entrevistados acrescentam que consideram que poderia haver acompanhamento por parte do CAT, ainda que de forma diferente daquilo que se faz atualmente. Vejamos um dos discursos: “(..) eu acho que tem de ser uma coisa muito articulada com as equipas que já se identificam com esse trabalho, se já existem não nos vamos apropriar uns aos outros, não faz muito sentido a sobreposição. Se calhar uma articulação mais de sentido de retaguarda, como é que era, alguma situação que surja alguma dúvida que surja aí faz todo o sentido, acho que aí temos plena abertura para isso, agora no sentido de por exemplo fazermos visitas domiciliárias já depois da criança ter saído, não faz muito sentido, pode acontecer é no período de transição, em que a criança começa a ficar por exemplo, períodos mais longos em casa mas ainda está com o CAT.” (E7).

Quando questionados quanto à forma de fazer esse acompanhamento, acabam por referir ações que já são feitas noutras situações. “Como as equipas de terreno fazem follow-up, nós devíamos fazer follow-up, podíamos, por exemplo ficar a executar a medida com outra equipa (...)” (E1). Assim, revelam pouca inovação na sugestão de alterações mesmo quando aparentemente estão disponíveis para as integrar na prática profissional.

Consideramos que, as vantagens apresentadas pelos entrevistados na manutenção do Acompanhamento Social após a saída da criança do CAT, se prendem com fatores afectivos e de relação “(..) Nós gostamos sempre de saber o que se vai passando com as crianças, por isso, essa relação que se vai mantendo pode ser considerado um aspeto positivo.” (E1).

Por outro lado, as desvantagens apresentadas referem-se a fatores económicos e de relação (mas negativa) - “Para os CAT também iria ser complicado em termos económicos, porque iria ser necessárias mais despesas. (...)” (E6). Quanto aos fatores de relação, quando esta não é positiva, disse um entrevistado: “A desvantagem é quando o relacionamento não é muito bom e isso também pode inviabilizar algumas situações.” (E3)

#### **4.4 – Limitações da Investigação**

No decorrer do processo de investigação foi possível constatar algumas limitações do próprio trabalho desenvolvido. Todo o trabalho apresentado é focalizado no ponto de vista do CAT, mais especificamente do ponto de vista dos Técnicos de Serviço Social que trabalham no CAT. Este enfoque faz com que não tenha sido contemplado o ponto de vista, quer de outros técnicos que trabalhem no CAT (designadamente na equipa educativa), quer o ponto de vista das crianças acolhidas quer o das suas famílias.

É igualmente possível constatar que este estudo se centra na análise do Acolhimento Temporário, sem que o modelo institucional e organizacional seja questionado, ou seja, a investigadora aceitou como correta a forma como o acolhimento institucional está definido na sociedade portuguesa. Assumindo-se a distinção apresentada na lei de promoção e proteção entre acolhimento temporário e prolongado para além dos seis meses, tomámos o CAT como um tipo de equipamento, que cumpre determinadas funções e que dá resposta a determinadas situações, sem que se reflita sobre a adequação ou mesmo a necessidade deste equipamento enquanto resposta tipificada.

Ao assumir as limitações desta pesquisa, consideramos que as mesmas podem representar ponto de partida para a realização de outros estudos, de forma a colmatar as lacunas aqui apresentadas.

## **Capítulo V - Conclusão**

A Instituição de Acolhimento, apresenta-se como um espaço organizado cujo fim é promover e consagrar os direitos e garantias das crianças e famílias, e em situações de crise continuada é a única forma de lhes proporcionar segurança e afeto, pelo que deve ser visto como continuidade dos serviços de proteção à infância e não como último ou pior recurso.

A colocação da criança na instituição deve ser entendida não apenas como o auxílio necessário, mas como uma oportunidade de ganhos efetivos, tanto para a criança como para a família. Assim, ressalta-se a importância de uma intervenção que abranja várias dimensões sociais, para a boa reintegração social das crianças, tendo em conta a situação das crianças, das suas famílias, contexto relacional, social e o seu desenvolvimento.

O trabalho de intervenção no CAT desenvolve-se em equipa multidisciplinar e atua numa perspetiva ecológica, sistémica e de trabalho em rede com os diversos colaboradores das estruturas da comunidade.

No Plano Individual da Intervenção, constatamos que existem procedimentos comuns nos diversos CAT para as diversas situações, cujo Projeto de Vida se inscreve no regresso à família biológica. São eles, o plano de visitas, as visitas domiciliárias, as entrevistas com a família e a articulação com todas as entidades envolvidas no processo. Nas situações em que o Projeto de Vida assenta na adoção e na institucionalização, o processo de intervenção passa essencialmente pela articulação interinstitucional.

É possível afirmar que para que exista um Projeto de Vida concluído com sucesso é necessário que os intervenientes tomem consciência das dificuldades existentes, acreditar nas capacidades de cada progenitor, valorizá-las, maximizá-las e rentabilizá-las, sabendo que em algumas situações esses resultados são inatingíveis.

É importante a existência de um acompanhamento individualizado a cada família de modo mais sistemático, desenvolver projetos, fazer ações de formação para a promoção de competências parentais e assim, facilitar a autonomização e reinserção destas famílias.

Através da análise dos dados recolhidos é possível perceber que os diferentes CAT apresentam diferenças e semelhanças na forma de intervenção. Por exemplo, no que se refere ao acompanhamento das famílias e das crianças após a saída do CAT, podemos concluir, que independentemente da forma de atuação, revela-se importante a existência de uma orientação superior no sentido de uniformizar procedimentos.

Considero importante continuar-se a desenvolver estudos sobre o objeto de estudo que elegemos, de forma aumentar o conhecimento sobre a intervenção social que se desenvolve a nível nacional nos CAT, bem como formas de o melhorar e de difundir boas práticas.

## Capítulo VI - Bibliografia

- **Carneiro, Roberto; Brito, Alberto; Carvalho, Álvaro; Sampaio, Daniel; Rocha, Dulce; Gomes-Pedro, João; Azevedo, Joaquim; Roquette, José e Almeida, Leandro** (2005), *Casa Pia de Lisboa: um Projecto de esperança – as estratégias de acolhimento das crianças em risco*, Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, Lisboa, Principia.
- **Casa Pia de Lisboa** (2000), *Manual de Gestão e Funcionamento dos Lares*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa.
- **Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo** (2005), *Tipologia das situações de perigo para a criança/jovem*, acedido em [http://www.cnpcjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=435&m=PDF](http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=435&m=PDF), em Novembro de 2011
- **Children in alternative care - National Surveys** (2010), Eurochild Reports (2nd ed), acedido em <http://www.eurochild.org>, em Setembro 2011
- Declaração de Genebra, acedido em <http://translate.google.com/translate?hl=ptPT&langpair=en|pt&u=http://childrensrighsportal.org/references-on-child-rights/geneva-declaration/>, em Outubro de 2011
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, acedido em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm), em Outubro de 2011
- **Department of Health** (2000), *Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*, London, The Stationery Office LTD
- **Direito de Menores** (2008), (4ª edição), Coimbra, Almedina.
- **Ferreira, Jorge** (2011), *Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a Infância – Modus Operandi do Assistente Social na Promoção e Protecção à Criança e à Família*, Lisboa, Quid Juris.
- **Fontoura, Ana Rita** (2008) *E quem me abraça agora? Aspectos Psicossociais da Organização e Funcionamento dos Centros de Acolhimento na Primeira Infância*, Tese de Mestrado em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) (mimeo)
- **Gomes, Isabel** (2010), *Acreditar no futuro*, Alfragide, Texto editores.

- **Guerra, Isabel** (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*, Cascais, Principia.
- **Guerra, Isabel**, (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Estoril, Principia.
- **Hermano, Carmo e Malheiro Ferreira, Manuela** (2008), *Metodologia da Investigação, Guia para auto-aprendizagem*, (2ª edição), Lisboa, Universidade Aberta.
- **Instituto da Segurança Social** (2005), *Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.
- **Instituto da Segurança Social** (2008), *Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.
- **Instituto da Segurança Social** (2010), *Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.
- **Instituto da Segurança Social, Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Câmara Municipal do Montijo, Casa Pia de Lisboa, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais e Sintra Ocidental, Instituto de Apoio à Criança e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** (2010), *Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças: Guia de Orientações para Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Perigo*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.
- **Instituto da Segurança Social** (2011), *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*, Lisboa, Instituto da Segurança Social.
- **Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS)** (2000), *Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento e Crianças e Jovens que vivem em Lar – Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, Colecção estudos, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- **Machado, Hugo** (2008), *A Intervenção dos Técnicos com Famílias de Crianças e Jovens Institucionalizados: Haverá (ou não) Conflitos?*, Tese de Licenciatura em Serviço Social, Porto, Universidade Fernando Pessoa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- **Magalhães, Teresa** (2002), *Maus-tratos em Crianças e Jovens*, Coimbra, Quarteto Editora.



- **Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria** (1982), *Metodologia Científica*, (3ª edição), São Paulo, Editora Atlas S.A..
- **Martins, Paula Cristina** (2004) *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerário de Risco – Representações sociais, modos e espaços*, Tese de Doutoramento em Estudos da Criança, Universidade do Minho. (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/819>)
- **Martins, Paula Cristina** (2005) *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*, VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: Será possível converter o risco em oportunidade?, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- **Matos, Maria Helena** (2009) *Avaliação da Relação Parental em Centros de Acolhimento Temporário – Contributos para a delimitação operacional do conceito*, Tese de Mestrado em Estudos da Criança - Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, Universidade do Minho. (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/819>).
- **Ministério do Trabalho e da Segurança Social** (2011), *Carta Social*, Lisboa ([www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt)), acedido em Junho de 2011.
- **Ministério do Trabalho e da Solidariedade** (2000), *Jovens em Portugal – Abordagem Quantitativa ao Grupo Etário dos 0 aos 19 anos, Evolução 1991/1998*, Lisboa, IDS.
- **Moreira, Carlos Diogo** (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- **Heather J. Hair, M.Sc.** (2005), Outcomes for Children and Adolescents After Residential Treatment: A Review of Research from 1993 to 2003, in *Journal of Child and Family Studies*, Vol. 14, No. 4, December 2005, pp. 551–575.
- **Neves, Ilídio das** (2001), *Dicionário Técnico Protecção Social*, Coimbra, Coimbra Editora.
- **Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van** (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Portugal, Gradiva.
- **Pracana, Sofia e Santos, Salomé** (2010), *Depressão em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Caracterização e Relação com Variáveis do Acolhimento*, Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho (mimeo).

- Programa Daphne, acedido em [http://ec.europa.eu/justice\\_home/daphnetoolkit/html/evaluation\\_reports/dpt\\_evaluation\\_reports\\_en.html](http://ec.europa.eu/justice_home/daphnetoolkit/html/evaluation_reports/dpt_evaluation_reports_en.html), em Janeiro de 2012
- **Sandomingo, José (1998)**, *Centros de menores, de ontem a hoje*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- **UNICEF (2005)**, *Relatório sobre a Situação Mundial da Infância*, ([www.unicef.pt](http://www.unicef.pt)).
- **Vieira, Regina (1998)**, Centro de Acolhimento – Intervenção para a afirmação do Direito de Cidadania da criança e da família, *Revista Intervenção Social*, n.º 17/18, Lisboa: ISSSCoop. – Departamento Editorial, pp. 69-83.
- **VITORINO, António (2002)**, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Cascais, Principia.

#### **Sites:**

- [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) acedido em Junho de 2011
- [www.cnpcjr.pt](http://www.cnpcjr.pt) acedido em Setembro de 2012
- [www.unicef.pt](http://www.unicef.pt) acedido em Maio de 2012